

4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA



De Política de Governo a Política de Estado: Sustentabilidade, participação social e continuidade institucional

DOCUMENTO BASE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | 2026

Apoio:




Realização:



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA







4^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

© 2026 Ministério da Pesca e Aquicultura

Esplanada dos Ministérios, bloco D, 2º andar, sala 200.
CEP: 70043-900, Brasília / DF.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA)

Ministro do MPA

Rivetla Edipo Araujo Cruz

Secretário Executivo do MPA

Lázaro Medeiros

Secretário Nacional de Pesca Artesanal

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Secretária Nacional de Aquicultura

Fernanda Gomes de Paula

Secretário Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

Exedito Gonçalves Ferreira Netto

Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa

Carolina Rodrigues da Costa Dória

Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD)

Paulo Mario Carvalho de Faria

Assessoria Especial do Ministro

Carlos César de Mello Júnior

Assessoria Especial Internacional

Eduardo Sfogliá

Assessoria Especial de Comunicação Social

Karolline Soares da Silva

Assessoria Especial de Controle Interno

Marcio de Aquino Terra

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

Adriana Souza Papaleo

Ouvidoria

George Nogueira Cardoso

Corregedoria

Edilson Francisco da Silva

Consultoria Jurídica

Cristiane Souza Braz Costa

CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

Secretária do Conape

Adriana Vilela Toledo

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DA 4ª CNAP

Associação Brasileira de Aquaponia - ABA

Dalmo Múcio Silva dos Santos

Renan de Sousa e Silva

Associação Brasileira de Lojas de Aquaríofilia - ABLA

Felipe Weber Mendonça Santos

Ricardo Dias dos Santos

Associação Brasileira de Oceanografia – AOCEANO

Marco Aurélio Bailon

Roberto Wahrlich

Associação Brasileira de Patologistas de Organismos Aquáticos - ABRAPOA

Fabiana Pilarski

Cristiane Meldau

Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e Aquicultura e de Organizações de Pesca - CONFAPESCA

Ajax Santos Tavares

Cassio Pereira dos Santos

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA

Maria José da Silva Santos

Edivando Soares de Araújo

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Gilberto de Lima Santos

Jéssica Milene Alves Martins Rocha

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil - Faep/BR

Augusto José Nogueira

Elizeu Augusto de Brito

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS

Roberta Roxilene dos Santos

Rômulo Piazzalunga Cesario

Instituto Peroá

Fernando Bosisio
Márcio Henrique Américo

Sociedade Brasileira de Ficologia - SBFic

Dárlio Inácio Alves Teixeira
George Emmanuel Cavalcanti de Miranda

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Carolina Amorim da Silva Bittencourt
André Vieira Freitas

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

Roberto Ribas Gallucci
Gilberto Sales

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDiC

Sérgio Knorr Velho
Silvana Schimanski

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Rosana Aparecida Valle
Tereza Martins Godinho

Secretaria-Geral da Presidência da República - SGPR

Ivania Pereira da Silva Teles
Francine Diniz Baptista

COORDENAÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA 4ª CNAP

Coordenação

Paulo Mário Carvalho de Faria
Naetê Barbosa Lima Reis

Secretaria

Adriana Vilela Toledo
Renata Karla Clarindo Mangueira

Secretaria Executiva do MPA – SE - MPA

Lilyan Regina Galvão da Silva
André Vieira Freitas

Assessoria de Participação Social e Diversidade – APSD

Sheila Cavalcante dos Santos
Ingrid Lopes Fernandes da Rocha

Assessoria Especial de Comunicação - ASCOM

Erika Meneses Santos Tanaka
Maria Clara Corsino Ferreira

Subsecretaria de Gestão de Administração - SGA

Marcela Asfora Lira
Maria do Rosário de Fátima Martins Mineiro

Ouvidoria

Gianfrancisco Schork
Ana Alayde Viana do Amaral Rocha

Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - SNPA

Cristiano Quaresma de Paula
Marcelo Mazeta Lucas

Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura - SERMOP

Alex Souza Lira
Elielma Ribeiro Borcem

Secretaria Nacional de Aquicultura - SNA

Alberto Furtado Junior
Shayene Agatha Marzarotto

Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva - SNPI

Daniel Henrique Galileu Severino de Lima Bezerra Cabral
Bárbara Deslandes Primo

Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências - SGAS

Larissa Soares Andrade
Edson Xavier de Souza Júnior

EQUIPE UNB

Thérèse Hofmann
Valdir Steinke
Luiz Honorato
Thiago Trombeta
Igor Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação: Assessoria de Comunicação do MPA



SU MÁ RIO

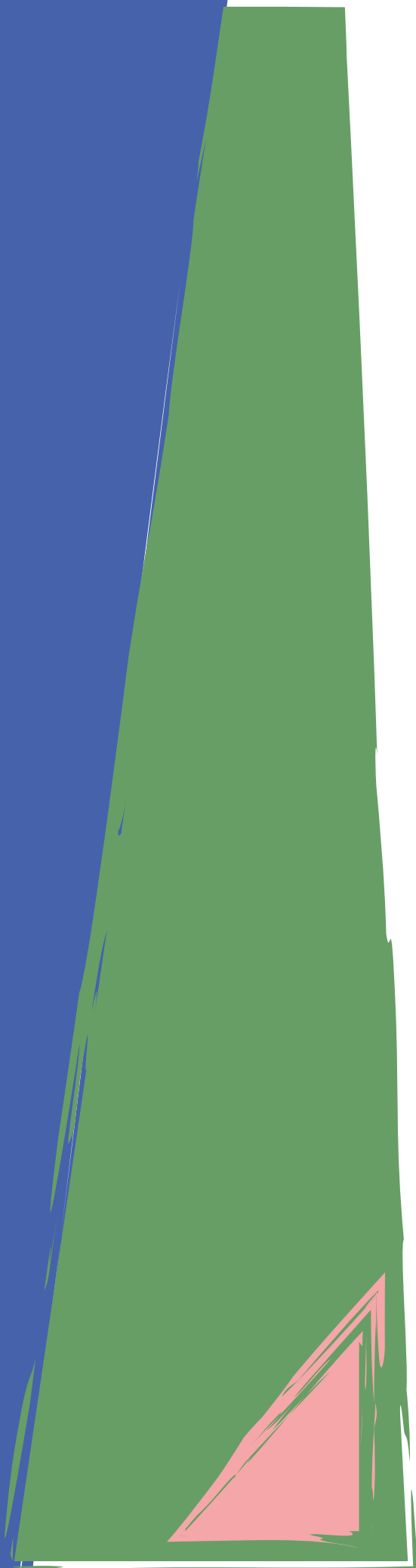
APRESENTAÇÃO	10
CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1. Fundamentos Estratégicos da Política Nacional de Pesca e Aquicultura	13
. 1.1. A Pesca e a Aquicultura como Políticas de Estado	13
. 1.2. Contribuições para a Segurança Alimentar, o Desenvolvimento Regional e a Sustentabilidade	14
. 1.3. Princípios Orientadores da Política Nacional de Pesca e Aquicultura	15
2. Trajetória Histórica e Institucional da Pesca e da Aquicultura no Brasil	16
. 2.1. Marcos Normativos e Institucionais (até 2009)	16
. 2.2. A 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e seus Desdobramentos	17
. 2.3. Descontinuidades Institucionais	19
. 2.4. O Contexto Atual de Reconstrução Institucional	20
3. Panorama da Pesca e da Aquicultura	21
. 3.1. Panorama da Pesca Artesanal	22
. 3.2. Panorama da Pesca Industrial	24
. 3.3. Panorama da Aquicultura	26
. 3.4. Sustentabilidade Ambiental e Ordenamento Pesqueiro	28
. 3.5. Ciência, Dados, Monitoramento e Informação	28
. 3.6. Arranjos Institucionais e Governança Atual	29
AÇÕES E PROGRAMAS ESTRUTURANTES DO MPA	30
4. Articulação com Instrumentos de Planejamento, Ciência e Políticas Públicas	31
. 4.1. Articulação com Planos Setoriais e Estratégias Nacionais	31
. 4.2. Integração com a Produção Científica e Tecnológica	32
. 4.3. Cooperação Interinstitucional e Interfederativa	33
. 4.4. Inserção Internacional e Compromissos Multilaterais	33
5. Implementação, Financiamento e Instrumentos de Apoio	34

5.1. Mecanismos de Financiamento e Crédito	35
5.2. Incentivos Econômicos e Fiscais	35
5.3. Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola	36
5.4. Qualificação e Formação Profissional	37
6. Monitoramento, Avaliação e Sistema de Metas	38
6.1. Indicadores de Desempenho	38
6.2. Metas de Curto, Médio e Longo Prazo	38
6.3. Sistemas de Acompanhamento e Transparência	39
7. Programas Estruturantes da Política Nacional de Pesca e Aquicultura (2025-2026)	40
7.1. Programa Povos da Pesca Artesanal	40
7.2. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (ProAqui)	41
7.3. Programa Nacional de Regularização das Embarcações de Pesca (PROPESC)	41
7.4. Plano Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva	42
7.5. Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras Nacionais	42
7.6. Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS)	43
EIXOS TEMÁTICOS	44
8. Eixos Temáticos da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	45
EIXO 1 – Valorização da Pesca Artesanal, Povos e Comunidades Tradicionais	46
EIXO 2 – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	48
EIXO 3 – Conhecimento Tradicional, Formação Técnica, Extensão, Pesquisa e Inovação	50
EIXO 4 – Fortalecimento Institucional e Continuidade das Políticas Públicas	52
EIXO 5 – Gestão, Ordenamento, Governança Participativa e Mediação de Conflitos	54
EIXO 6 – Infraestrutura, Agregação de Valor e Abertura de Mercado	56
EIXO 7 – Equidade de Gênero e Valorização das Mulheres	58
EIXO 8 – Sustentabilidade, Justiça Climática e Adaptação às Emergências Climáticas	60
9. Considerações Finais	63



APRE
SEN
TAN
ÇÃO

3



O *Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca* (CONAPE), instância máxima de participação social na política nacional de pesca e aquicultura, retomou a partir de 2023 seu processo de reconstrução e fortalecimento na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas do setor. Nesse contexto de reorganização institucional, deliberou pela realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (4ª CNAP), prevista para novembro de 2026, em Brasília.

A Conferência será precedida por um amplo processo participativo e descentralizado, com etapas livres, temáticas, estaduais, distrital e digital, garantindo que a diversidade de territórios, segmentos produtivos, povos e comunidades tradicionais contribua para a construção coletiva das diretrizes nacionais para o setor.

A 4ª CNAP representa um momento estratégico para consolidar a pesca e a aquicultura como políticas de Estado, orientadas pela continuidade institucional, sustentabilidade ambiental, inclusão socioprodutiva, segurança alimentar e governança democrática.

Seu objetivo geral é construir propostas que fortaleçam a pesca e a aquicultura no Brasil, assegurando bases sólidas para a proteção dos recursos naturais, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras das águas, a inovação tecnológica, a competitividade responsável e a justiça climática. Entre os objetivos específicos da Conferência destacam-se:

- ◇ **fortalecer a governança participativa, o ordenamento e a gestão integrada dos recursos pesqueiros e aquícolas;**
- ◇ **valorizar a pesca artesanal, os povos e comunidades tradicionais e seus territórios;**
- ◇ **reconhecer o papel estratégico da pesca industrial e da indústria do pescado na geração de emprego, renda e abastecimento alimentar;**
- ◇ **promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura com base na inovação, na produção responsável e na transição energética justa;**

- ◇ **ampliar a equidade de gênero e a valorização das mulheres na cadeia produtiva;**
- ◇ **incentivar investimentos em infraestrutura, beneficiamento, agregação de valor e acesso a mercados;**
- ◇ **fortalecer a formação técnica, a extensão, a pesquisa científica e a inovação;**
- ◇ **assegurar estabilidade institucional e continuidade das políticas públicas;**
- ◇ **promover políticas integradas de sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas.**

O tema central da Conferência — *“Pesca e Aquicultura: de Política de Governo a Política de Estado — sustentabilidade, participação social e continuidade institucional”* — expressa o compromisso de transformar o setor em eixo permanente do desenvolvimento nacional, com visão de longo prazo e mecanismos sólidos de gestão democrática.

Para subsidiar esse processo, o Documento Base foi organizado em três partes complementares. A primeira apresenta uma contextualização da política nacional de pesca e aquicultura, recuperando sua trajetória institucional e os principais desafios do setor. A segunda reúne ações, programas e instrumentos estruturantes conduzidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura desde 2023, oferecendo subsídios técnicos e institucionais para o debate. A terceira apresenta os eixos temáticos da 4ª CNAP e as perguntas orientadoras que apoiarão a formulação de propostas nas diferentes etapas da Conferência.

A 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca constitui, portanto, uma oportunidade histórica para fortalecer políticas públicas baseadas em ciência, participação social, equidade, inovação e sustentabilidade. Este Documento Base oferece referências técnicas, políticas e conceituais para qualificar o debate e apoiar a construção coletiva de diretrizes capazes de consolidar a pesca e a aquicultura como pilares duradouros do desenvolvimento nacional.

CON
TEX
TUALI
ZAÇÃO





Fundamentos Estratégicos da Política Nacional de Pesca e Aquicultura

A formulação de uma política nacional de pesca e aquicultura exige reconhecer que essas atividades ultrapassam a dimensão estritamente produtiva, envolvendo aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais e territoriais relevantes para o desenvolvimento nacional. Por dependerem diretamente de recursos naturais de uso comum e sujeitos a limites ecológicos, demandam políticas públicas de longo prazo capazes de equilibrar conservação ambiental, uso econômico e justiça social.

Nesse contexto, os fundamentos estratégicos da política nacional de pesca e aquicultura devem orientar-se por princípios de estabilidade institucional, planejamento continuado, base científica, valorização do

conhecimento tradicional e governança participativa. A efetividade dessas políticas depende de arranjos institucionais sólidos, instrumentos normativos coerentes e mecanismos permanentes de coordenação entre os diferentes níveis de governo e os diversos segmentos envolvidos.

Ao integrar essas dimensões, a política setorial contribui para objetivos mais amplos do Estado brasileiro, como a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento territorial e regional, a redução das desigualdades, a adaptação às mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental. Assim, pesca e aquicultura devem ser compreendidas como componentes estruturantes das estratégias nacionais de desenvolvimento.

1.1 A Pesca e a Aquicultura como Políticas de Estado

A pesca e a aquicultura possuem relevância estratégica para o Brasil e dependem diretamente de recursos naturais renováveis. Por essa razão, requerem políticas públicas estáveis, contínuas e orientadas por uma perspectiva de longo prazo.

A experiência institucional brasileira demonstra que mudanças frequentes nos arranjos administrativos e na condução das políticas públicas comprometem a capacidade do Estado de planejar, implementar e avaliar ações de forma consistente. A fragmentação institucional e a descontinuidade administrativa tendem a enfraquecer instrumentos de gestão, reduzir a confiança dos atores sociais e dificultar o desenvolvimento sustentável do setor.

Reconhecer a pesca e a aquicultura como políticas de Estado significa assegurar estabilidade institucional, segurança jurídica e coerência normativa, além de fortalecer instâncias de governança e participação social. Também implica articular a política setorial com outras agendas estratégicas, como meio ambiente, desenvolvimento regional, ciência e tecnologia, segurança alimentar e adaptação às mudanças climáticas.

Nesse sentido, a 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca representa um espaço estratégico para fortalecer essas bases institucionais e orientar diretrizes capazes de consolidar o setor no médio e longo prazo.

1.2 Contribuições para a Segurança Alimentar, o Desenvolvimento Regional e a Sustentabilidade

A pesca e a aquicultura desempenham papel relevante na promoção da segurança alimentar e nutricional ao contribuir para a oferta de alimentos de elevado valor nutricional, ricos em proteínas e micronutrientes essenciais. Em um país marcado pela diversidade territorial e socioambiental, essas atividades possuem importância particular para populações costeiras, ribeirinhas e comunidades tradicionais, fortalecendo sistemas alimentares locais e regionais.

Além de sua contribuição para a alimentação, o setor também atua como vetor de desenvolvimento regional. As cadeias produtivas associadas à pesca e à aquicultura geram trabalho e renda, dinamizam economias locais e contribuem para a valorização de arranjos produtivos territoriais, especialmente em regiões com menor diversificação econômica.

Do ponto de vista ambiental, a sustentabilidade da pesca e da aquicultura depende da gestão responsável dos recursos aquáticos e da adoção de práticas produtivas compatíveis com os limites ecológicos. Instrumentos de ordenamento, monitoramento de estoques, uso de tecnologias adequadas e integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais são fundamentais para a conservação da biodiversidade e para a resiliência dos ecossistemas frente às pressões ambientais e às mudanças climáticas.

A articulação entre segurança alimentar, desenvolvimento regional e sustentabilidade exige políticas públicas integradas, capazes de conciliar objetivos econômicos, sociais e ambientais e fortalecer o setor como referência de desenvolvimento sustentável.



1.3 Princípios Orientadores da Política Nacional de Pesca e Aquicultura

A política nacional de pesca e aquicultura deve orientar-se por princípios que assegurem coerência estratégica, estabilidade institucional e efetividade na gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas.

Entre esses princípios destaca-se a sustentabilidade ambiental, entendida como a garantia do uso responsável dos recursos naturais aquáticos, respeitando os limites ecológicos e assegurando sua conservação para as gerações presentes e futuras. Esse princípio requer instrumentos de ordenamento e monitoramento baseados em evidências científicas e na integração de saberes tradicionais.

Outro princípio central é a segurança alimentar e nutricional, que reconhece a pesca e a aquicultura como atividades estratégicas para a produção de alimentos saudáveis, acessíveis e culturalmente adequados. A equidade social e territorial também constitui fundamento da política setorial, ao reconhecer a diversidade de sujeitos e territórios envolvidos e a necessidade de valorizar a pesca artesanal, as comunidades tradicionais e outros segmentos historicamente vulnerabilizados.

A governança democrática e a participação social orientam a construção de políticas públicas baseadas no diálogo, na transparência e na corresponsabilidade entre Estado e sociedade, fortalecendo a legitimidade das decisões e a prevenção de conflitos.

Por fim, destaca-se o princípio da integração interinstitucional, que reconhece a transversalidade do setor e a necessidade de coordenação com políticas públicas correlatas, como meio ambiente, desenvolvimento regional, ciência e tecnologia, trabalho e adaptação às mudanças climáticas.

Esses princípios constituem a base para a consolidação da pesca e da aquicultura como políticas de Estado e orientam a formulação das diretrizes que serão debatidas no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.





Trajetória Histórica e Institucional da Pesca e da Aquicultura no Brasil

A compreensão da trajetória histórica e institucional da pesca e da aquicultura no Brasil é fundamental para a formulação de diretrizes consistentes e para a consolidação de políticas públicas capazes de responder aos desafios estruturais do setor.

Ao longo do tempo, a atuação do Estado brasileiro nesse campo foi marcada por avanços normativos relevantes, bem como por períodos de fragmentação institucional e mudanças frequentes nos arranjos de

governança, cujos efeitos repercutem até o presente.

A análise dessa trajetória permite identificar aprendizados institucionais, compreender os condicionantes históricos das políticas setoriais e evitar a reprodução de fragilidades estruturais. Nesse sentido, o resgate dos marcos normativos e institucionais anteriores à 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca constitui passo essencial para contextualizar o processo conferencial e orientar as escolhas estratégicas da 4ª CNAP.

2.1 Marcos Normativos e Institucionais (até 2009)

A construção da política pública voltada à pesca e à aquicultura no Brasil resulta de um processo histórico anterior à 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, em 2009, e está associada à evolução das estruturas estatais responsáveis pela gestão dos recursos pesqueiros e pelo fomento das atividades produtivas. Historicamente, a atuação governamental no setor esteve vinculada a diferentes órgãos e ministérios, refletindo mudanças na compreensão do papel da pesca e da aquicultura no desenvolvimento nacional.

Durante grande parte do século XX, a política pesqueira brasileira esteve fortemente orientada por uma lógica de fomento produtivo, com menor ênfase em instrumentos de ordenamento e sustentabilidade ambiental. A criação de órgãos específicos e a edição de normas voltadas à exploração dos recursos pesqueiros buscaram ampliar a produção e modernizar o setor, ainda que, em muitos casos, sem a devida integração com políticas ambientais, sociais e territoriais.

A partir das décadas finais do século XX e início dos anos 2000, observou-se uma ampliação do debate

em torno da sustentabilidade dos estoques pesqueiros, da valorização da pesca artesanal e da necessidade de maior participação social na formulação das políticas públicas. Esse período foi marcado por avanços na construção de marcos normativos e institucionais, bem como pela intensificação do diálogo com a comunidade científica e com organizações representativas do setor.

Um marco importante ocorre em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República, inaugurando um novo ciclo institucional para o setor.

O fortalecimento da participação social ganha destaque com a realização da 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (CNAP), que consolida a demanda por maior institucionalidade e contribui para a criação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE).

Na sequência, a 2ª CNAP, realizada em 2006, já sob a coordenação da SEAP e do CONAPE, aprofunda o debate sobre políticas estruturantes e amplia o diá-

logo entre governo e sociedade. Esse processo culmina, em 2009, na criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e na promulgação da Lei nº 11.959, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável do setor.

Ainda em 2009, a realização da 3ª CNAP reforça o

papel do CONAPE e contribui para a consolidação de uma agenda pública mais integrada para o setor. A Conferência contribuiu para a formulação de diretrizes orientadas ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura e para a promulgação de marcos legais estruturantes, estabelecendo bases importantes para a política nacional subsequente.

2.2 A 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e seus Desdobramentos

A 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, realizada em 2009, constituiu um marco no processo de consolidação da política pública voltada ao setor no Brasil. O processo conferencial possibilitou a ampla participação de representantes do poder público, da sociedade civil, do setor produtivo, das comunidades pesqueiras e aquícolas e da comunidade científica, fortalecendo a construção coletiva de diretrizes orientadas ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.

Entre os principais resultados da 3ª CNAP destacam-se a afirmação da pesca e da aquicultura como atividades estratégicas para a segurança alimentar e nutricional, a valorização da pesca artesanal e das comunidades tradicionais, o fortalecimento da participação social e a necessidade de ordenamento dos recursos pesqueiros com base científica. As diretrizes pactuadas naquele contexto refletiram a compreensão de que a gestão sustentável do setor exige integração entre dimensões produtivas, sociais, ambientais e institucionais.

A realização da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca possibilitou ampliar o debate e o aprofundamento das discussões acerca da recém-promulgada Lei nº 11.959, analisando seus fundamentos, diretrizes e desafios para a efetiva implementação da

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A referida lei estabeleceu princípios, objetivos e instrumentos fundamentais para a gestão do setor, representando um marco legal estruturante da política pública brasileira.

Apesar desses avanços, a implementação das diretrizes pactuadas na 3ª CNAP enfrentou desafios significativos nos anos subsequentes, relacionados à instabilidade institucional, à fragmentação das estruturas responsáveis pela política setorial e à limitação de recursos técnicos e administrativos. Essas dificuldades comprometeram a continuidade de programas, a consolidação de sistemas de informação e o fortalecimento dos instrumentos de ordenamento e monitoramento.

A análise dos desdobramentos da 3ª Conferência evidencia a importância de assegurar estabilidade institucional, capacidade técnica e mecanismos permanentes de governança e participação social para a efetividade das políticas públicas de pesca e aquicultura. Esses aprendizados constituem referência central para a 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que se propõe a avaliar criticamente o percurso institucional do setor e a projetar diretrizes capazes de fortalecer a política nacional no médio e longo prazo.







2.3 Descontinuidades Institucionais

Apesar dos avanços registrados ao longo desse processo, o setor enfrentou, nos anos seguintes, períodos de instabilidade institucional que impactaram a capacidade de planejamento e implementação das políticas públicas. Mudanças frequentes na estrutura administrativa responsável pela gestão da pesca e da aquicultura resultaram em fragmentação de competências, perda de capacidade técnica e descontinuidade de programas estratégicos.

Essa instabilidade institucional, principalmente com a extinção do MPA em 2015 e sua incorporação a diferentes estruturas administrativas, dificultou a con-

solidação de instrumentos de gestão, comprometeu a regularidade de sistemas de informação e monitoramento e enfraqueceu canais de diálogo com os diferentes segmentos da cadeia produtiva. Como consequência, entre 2015 e 2022, diversos processos de planejamento e implementação de políticas foram interrompidos ou sofreram atrasos significativos.

A experiência recente evidencia que a ausência de estabilidade institucional pode comprometer avanços conquistados ao longo de décadas, reforçando a necessidade de fortalecer estruturas administrativas e mecanismos de governança capazes de garantir continuidade às políticas públicas do setor.

2.4 O Contexto Atual de Reconstrução Institucional

A recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2023, marca o início de um novo ciclo institucional no Brasil. Esse movimento representa a retomada da capacidade de coordenação das políticas públicas e o fortalecimento de uma agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável do setor.

A recomposição da estrutura ministerial tem possibilitado a retomada de programas, o fortalecimento de instrumentos de planejamento e a rearticulação de sistemas de monitoramento e estatística pesqueira. Destaca-se a reativação do CONAPE e a ampliação dos espaços de participação social, fundamentais para o diálogo entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva.

O processo de reconstrução institucional envolve o

aprimoramento do ordenamento pesqueiro, o fortalecimento das ações de fiscalização e a ampliação da articulação federativa com estados e municípios. Trata-se de um esforço para construir uma governança mais integrada, capaz de conciliar desenvolvimento produtivo, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Nesse contexto, a realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca assume papel estratégico. Representa uma oportunidade de consolidar um modelo de gestão participativa e integrada, que reconheça a diversidade do setor e promova o desenvolvimento sustentável, com base na cooperação, na valorização dos diferentes saberes e na construção de políticas públicas de longo prazo.



Panorama da Pesca e da Aquicultura

Este capítulo apresenta um panorama dos principais segmentos que compõem a pesca e a aquicultura no Brasil — pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura — caracterizados pela diversidade de modalidades produtivas, contextos regionais e sujeitos sociais envolvidos.

A compreensão da situação atual do setor constitui etapa fundamental para a formulação de diretrizes e propostas no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. A análise do cenário contemporâneo permite identificar desafios estruturais, oportunidades de desenvolvimento e condicionantes institucionais que devem orientar a construção de políticas públicas efetivas, baseadas em evidências e alinhadas às especificidades territoriais e produtivas do país.

A diversidade de modalidades produtivas, contextos regionais e atores sociais envolvidos confere elevada complexidade ao setor da pesca e da aquicultura, exigindo uma abordagem diagnóstica abrangente e integrada. Nesse sentido, o presente capítulo contempla diferentes dimensões do setor, incluindo aspectos produtivos, socioeconômicos, ambientais, institucionais e de governança, de modo a oferecer uma visão sistêmica da realidade atual.

O diagnóstico considera as especificidades e interdependências entre a pesca artesanal, industrial, ornamental, amadora e esportiva e a aquicultura, bem como os desafios comuns enfrentados por esses segmentos. Também são abordados temas estruturantes, como sustentabilidade ambiental, ordenamento dos recursos pesqueiros, produção e acesso a dados, ciência e tecnologia, além dos arranjos institucionais responsáveis pela gestão e pelo fomento das atividades.

Ao apresentar esse panorama, o Documento Base não pretende esgotar a análise da realidade do setor, mas oferecer subsídios qualificados para o debate no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. O objetivo é apoiar a identificação de prioridades, orientar a discussão dos eixos temáticos e contribuir para a formulação de propostas capazes de responder de forma integrada e realista aos desafios da pesca e da aquicultura no contexto atual.

Assim, o diagnóstico apresentado neste capítulo articula a trajetória histórica e institucional discutida anteriormente com os desafios e perspectivas que orientarão a construção das diretrizes e encaminhamentos futuros para o desenvolvimento sustentável do setor no Brasil.



3.1 Panorama da Pesca Artesanal

A pesca artesanal é aquela realizada de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com recursos próprios ou por parceria, utilizando embarcações de pequeno porte. Além da captura, envolve conservação, beneficiamento, transporte, comercialização e a confecção de petrechos, sendo uma

prática profundamente conectada aos territórios e às tradições culturais.

A atividade caracteriza não somente um setor econômico, mas também um modo de vida de populações e comunidades tradicionais, com uma rica diversida-

de sociocultural.

A pesca artesanal mantém um elo profundo com as tradições culturais da região, preservando conhecimentos ancestrais que são transmitidos de geração em geração. As técnicas e saberes pesqueiros, transmitidos ao longo do tempo, representam modos de vida que, além de serem sustentáveis, são essenciais para a conservação dos biomas, pois as práticas pesqueiras locais geralmente respeitam os ciclos naturais dos ecossistemas aquáticos e promovem o manejo responsável dos recursos pesqueiros.

De acordo com dados recentes do Registro Geral da Atividade da Pesca (RGP), há no Brasil 1.939.551 pescadoras e pescadores profissionais artesanais, dos quais 972.805 (50,16%) são mulheres; e cerca de 88%, a saber, 1.706.654 moram e vivem nos estados do Norte e do Nordeste, (o Nordeste contribui com 1.071.004, o que equivale a 55%, e o Norte 635.650, por volta de 33%), populações tradicionais acerca das quais, sob a perspectiva da interseccionalidade das vulnerabilidades, recaem um conjunto de desigualdades sociais, raciais, de gênero, discriminação regional e espacial e preconceitos contra os modos de vida tradicionais. São esses povos das águas que, historicamente, demandam políticas públicas que respeitem seus modos de vida e fortaleçam seus territórios pesqueiros.

A principal questão que leva ao agravamento das condições de vida dessas comunidades é a falta de regularização fundiária, que cria um cenário de insegurança quanto à posse de terras e ao acesso aos recursos pesqueiros. Além disso, o impacto ambiental das atividades predatórias, como o desmatamento, a poluição das águas, o assoreamento de rios e a destruição de manguezais, agrava ainda mais a situação. Esses problemas não apenas afetam diretamente a atividade pesqueira, mas também colocam em risco a saúde e a qualidade de vida das comunidades que dependem desses ecossistemas para sua sobrevivência. Desta feita, é imprescindível a garantia dos territórios tradicionais pesqueiros, consideradas as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico. É imprescindível a democratização do acesso à terra, a demarcação de territórios

e a garantia dos direitos culturais e territoriais desses grupos emergem como estratégias cruciais para a justiça social e o enfrentamento da crise climática.

O território tradicional se consolida por meio de práticas internas de organização, comunicação e gestão comunitária, enquanto o território de luta emerge como resposta a pressões externas, incluindo impactos ambientais, disputas e conflitos territoriais promovidos por atores alheios à comunidade. Nesse contexto, o território de luta evidencia relações de poder assimétricas e desigualdades, destacando as tensões e vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades diante de interesses externos. Nesse diapasão, destaca-se a importância da Consulta Livre, Prévia e Informada como instrumento essencial para a garantia de direitos e para a salvaguarda desses territórios. Ao assegurar que comunidades tradicionais sejam devidamente informadas, ouvidas e consideradas nos processos decisórios que envolvam intervenções, empreendimentos ou medidas administrativas com potencial impacto sobre seus territórios e modos de vida, a consulta contribui para a prevenção de conflitos, a redução de assimetrias de poder e a promoção de soluções.

Do ponto de vista institucional, a pesca artesanal enfrenta desafios relacionados ao acesso a políticas públicas, à regularização da atividade, à assistência técnica e à proteção social. A fragilidade de sistemas de informação e a insuficiência de dados atualizados sobre produção, esforço de pesca e condições socioeconômicas limitam a capacidade do Estado de planejar e implementar ações adequadas às necessidades do segmento.

A sustentabilidade da pesca artesanal está diretamente associada à efetividade dos instrumentos de ordenamento e gestão participativa dos recursos pesqueiros. A ausência ou a fragilização desses instrumentos pode comprometer a conservação dos estoques e gerar conflitos no uso dos recursos, afetando tanto a viabilidade ambiental quanto a reprodução social das comunidades pesqueiras.

Nesse contexto, o fortalecimento da pesca artesanal requer políticas públicas integradas, capazes de articular ordenamento, inclusão produtiva, proteção social, valorização dos territórios e participação social. A compreensão do panorama atual desse segmento constitui elemento essencial para a definição de diretrizes e propostas no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, orientadas ao reconhecimento da pesca artesanal como componente estruturante da política nacional de pesca e aquicultura.



3.2 Panorama da Pesca Industrial

A pesca industrial é realizada por pessoa física ou jurídica, envolvendo pescadores profissionais que atuam como empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial. Trata-se de um segmento estruturado da atividade

pesqueira brasileira, caracterizado pela operação em maior escala, pela incorporação de tecnologias de navegação, detecção e captura e pela integração com cadeias produtivas que envolvem etapas de processamento, armazenamento, distribuição e comercialização do pescado.

No contexto nacional, a pesca industrial desempenha papel relevante para a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para o abastecimento regular de pescado no mercado interno e para a inserção do Brasil no comércio internacional de produtos pesqueiros. Além da produção propriamente dita, o setor possui forte capacidade de indução econômica, mobilizando uma ampla rede de atividades associadas, como a indústria de beneficiamento e processamento de pescado, a construção e manutenção naval, o fornecimento de insumos e equipamentos, bem como atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltadas à melhoria da eficiência produtiva e à qualidade do produto.

Sob a perspectiva social, a pesca industrial também se destaca pela geração de empregos diretos e indiretos ao longo de toda a cadeia produtiva, incluindo tripulações embarcadas, trabalhadores da indústria de processamento, profissionais da logística e do comércio de pescado, além de diversos prestadores de serviços vinculados ao setor. Dessa forma, a atividade contribui para a dinamização econômica de importantes polos pesqueiros e regiões costeiras, fortalecendo arranjos produtivos locais e promovendo oportunidades de trabalho e renda em diferentes segmentos da sociedade.

Do ponto de vista produtivo, a pesca industrial apresenta elevada capacidade operacional, associada ao emprego de embarcações de maior porte, sistemas de captura mecanizados e infraestrutura logística e industrial capaz de garantir o acondicionamento, transporte e processamento do pescado em escala. Essas características possibilitam maior regularidade na oferta de produtos e ampliam as possibilidades de agregação de valor ao pescado, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva e para o aumento da competitividade do setor. No entanto, essa capacidade exige instrumentos regulatórios robustos de ordenamento, monitoramento e fiscalização, de modo a assegurar a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e a compatibilização entre eficiência econômica, conservação dos recursos naturais e direitos trabalhistas.

Diante dessa relevância econômica e social, a pesca industrial é objeto de diversas políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável da atividade. Essas políticas contemplam instru-

mentos de ordenamento pesqueiro, monitoramento e controle das operações de pesca, programas de apoio à modernização da frota e da infraestrutura produtiva, iniciativas de fomento à pesquisa científica e à inovação tecnológica, bem como ações voltadas à qualificação profissional, melhoria das condições de trabalho e ampliação da competitividade do setor no mercado nacional e internacional.

Nesse contexto, destacam-se também os mecanismos de gestão e monitoramento das atividades pesqueiras, que visam assegurar a exploração sustentável dos recursos pesqueiros e a manutenção da produtividade dos estoques ao longo do tempo. Dentre esses instrumentos, incluem-se sistemas de rastreamento e acompanhamento das embarcações, a coleta sistemática de dados de captura e esforço de pesca, além da implementação de medidas de ordenamento, como períodos de defeso, limites de captura e regras específicas para diferentes modalidades de pesca.

Dessa forma, as embarcações utilizadas na pesca industrial devem estar vinculadas ao Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS e cumprir as obrigações de registro das informações de captura por meio dos Mapas de Bordo, conforme sua modalidade de permissionamento, observando as normas de ordenamento pesqueiro vigentes. Esses instrumentos são fundamentais para subsidiar a gestão pesqueira baseada em evidências, permitindo o acompanhamento das atividades do setor e contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

A análise do panorama atual da pesca industrial evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam o equilíbrio entre desenvolvimento produtivo, sustentabilidade ambiental e justiça social, reforçando o papel do ordenamento pesqueiro, da ciência e da governança como elementos centrais para o fortalecimento do setor. Considerando que um crescimento sustentável da pesca industrial implica uma associação entre recuperação da biomassa e ganhos de qualidade e eficiência, faz-se necessário reconhecer a viabilidade desta atividade a partir de um ordenamento eficaz sobre os recursos alvo e potenciais recursos, concomitantemente ao incentivo da cadeia produtiva, com foco em mercados internacionais, inovação e investimento em pesquisa e geração de dados.





3.3 Panorama da Aquicultura

A aquicultura brasileira desenha-se como uma política pública estratégica, com grande capacidade de atender os desafios e necessidades relacionadas à segurança alimentar, desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda em diferentes regiões do país e sustentabilidade ambiental. O setor

aquícola caracteriza-se pela diversidade de sistemas produtivos, escalas de produção e espécies cultivadas, abrangendo desde empreendimentos de base familiar até operações de maior porte e maior grau de tecnificação. Essa heterogeneidade demanda políticas públicas diferenciadas, capazes de atender às



especificidades dos distintos segmentos produtivos, respeitando as condições ambientais, territoriais e socioeconômicas.

O panorama da aquicultura no Brasil não perpassa apenas pela sua trajetória produtiva, mas também por processos e arranjos institucionais complexos, múltiplos atores governamentais e não governamentais que influenciam a governança das políticas públicas que estruturam o setor. Historicamente, a aquicultura no Brasil sofre impacto da descontinuidade de políticas públicas, sem uma clara coordenação e integração entre os entes federativos.

Significativamente, a partir dos anos 2000, a aquicultura passa a ter uma maior representatividade e participação na agenda governamental federal. Esse processo se fortalece a partir da publicação da Lei nº 11.959/2009, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, fortalece a aquicultura como atividade produtiva, estabelece princípios de sustentabilidade e define competências legais".

Nos últimos anos a aquicultura brasileira vem crescendo de forma positiva, impulsionada por avanços tecnológicos nos sistemas de criação, manejo e melhoramento genético, que elevaram a produtividade e ganho de escala, assim como pela definição de alguns instrumentos de política pública como crédito rural, apoio à pesquisa e inovação, programas de ordenamento aquícola e iniciativas de cessão de uso de corpos d'água públicos. Hoje, o Brasil figura entre os grandes produtores aquícolas no cenário mundial, com destaque especial na produção de tilápia, camarão e espécies nativas, especialmente tambaqui.

Entretanto, apesar de seu grande potencial, a aquicultura brasileira ainda enfrenta uma série de desafios e gargalos, relacionados à regularização am-

biental e produtiva, ao acesso à assistência técnica e extensão rural, ao acesso a crédito e financiamento e à articulação entre os diferentes órgãos responsáveis pelo licenciamento e pela gestão da atividade. O licenciamento ambiental e a regularização fundiária, certamente, são dois dos principais temas atuais de debate que impactam o crescimento da atividade, uma vez que ainda persiste claramente a ausência de normativas e procedimentos padronizados, além da sobreposição de competências entre órgãos ambientais federais e estaduais, com pouca coordenação institucional que afeta diretamente a previsibilidade das políticas públicas e segurança jurídica do setor. As ações de assistência técnica e extensão aquícola completam esse arranjo dos desafios estruturantes, especialmente quando se trata dos aquícultores familiares.

Mais recentemente, o governo federal tem buscado empreender algumas medidas legais e programáticas visando estabelecer uma política de longo prazo para a aquicultura, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura – ProAqui, que estabelece uma série de ações prioritárias que visam promover a consolidação, a qualificação e o crescimento do setor aquícola brasileiro. Atualmente, esse Programa está em fase de finalização do Plano Nacional, que estabelecerá metas e indicadores, construídos com a participação de entidades representativas do setor aquícola e da sociedade civil.

O panorama atual da aquicultura evidencia a necessidade de políticas públicas integradas e orientadas por planejamento de longo prazo, baseado em evidências científicas e governança participativa. Portanto, o fortalecimento da aquicultura, em consonância com o ProAqui e Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura, constitui elemento central para os debates e encaminhamentos da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

3.4 Sustentabilidade Ambiental e Ordenamento Pesqueiro

A sustentabilidade ambiental constitui elemento central para a viabilidade de longo prazo da pesca e da aquicultura, considerando a dependência direta dessas atividades em relação à integridade dos ecossistemas aquáticos e à disponibilidade dos recursos naturais. A gestão sustentável dos estoques pesqueiros e dos ambientes aquícolas exige instrumentos de ordenamento eficazes, baseados em evidências científicas e na integração entre políticas ambientais, produtivas e territoriais.

O ordenamento pesqueiro envolve a definição de regras, critérios e mecanismos voltados ao uso responsável dos recursos, incluindo a regulamentação do esforço de pesca, das artes e métodos utilizados, das áreas de exploração e dos períodos de defeso. A efetividade desses instrumentos depende da existência de sistemas de monitoramento e fiscalização adequados, bem como da participação dos diferentes segmentos envolvidos no processo de gestão.

No contexto atual, a fragilidade de dados atualizados sobre estoques pesqueiros, esforço de pesca e impactos ambientais limita a capacidade do Estado de adotar medidas de ordenamento compatíveis com os limites ecológicos. A descontinuidade de programas de monitoramento e a insuficiente integração entre órgãos responsáveis pela gestão ambiental e pesqueira constituem desafios relevantes para a sustentabilidade do setor, o que dificulta a realização de análises precisas acerca da produção pesqueira e das condições socioeconômicas dos trabalhadores da pesca

Um dos principais componentes para uma gestão sustentável dos recursos pesqueiros é a criação e manutenção de espaços de discussão e participação social e científica, com ampla representatividade dos

diferentes setores interessados na sustentabilidade dos recursos. Nesse sentido, o reconhecimento do importante papel desempenhado pelas pescadoras e pescadores artesanais, em termos socioambientais, é fundamental para assegurar sua participação em instâncias de governança pesqueira, nas quais podem defender seus interesses e contribuir para a formulação de diretrizes que impactam diretamente sua atividade. A adaptação dos povos tradicionais ao meio ecológico realiza-se graças aos saberes acumulados sobre os ciclos naturais, às variações ambientais e à reprodução e à migração da fauna. São esses conhecimentos transmitidos ao longo das gerações e traduzidos em práticas produtivas, que envolvem o manejo adequado dos recursos naturais, que asseguram a reprodução destas sociedades tradicionais.

A sustentabilidade ambiental também está associada à capacidade de adaptação da pesca e da aquicultura às mudanças climáticas, que afetam a dinâmica dos ecossistemas aquáticos, a disponibilidade dos recursos e as condições de produção. A incorporação de estratégias de mitigação e adaptação, bem como o fortalecimento da resiliência dos sistemas produtivos e das comunidades pesqueiras, tornam-se cada vez mais necessários no contexto das políticas públicas.

A análise do panorama atual da sustentabilidade ambiental e do ordenamento pesqueiro evidencia a necessidade de fortalecer instrumentos de gestão integrados, baseados em ciência, conhecimentos tradicionais, governança participativa e coordenação interinstitucional. Esses elementos constituem referência fundamental para os debates e propostas da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, orientadas à consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável para o setor.

3.5 Ciência, Dados, Monitoramento e Informação

A produção, sistematização e disponibilização de dados e informações confiáveis constituem elementos essenciais para a formulação, implementação e avaliação da política nacional de pesca e aquicultura. A efetividade do ordenamento dos recursos pesqueiros, da promoção do desenvolvimento produtivo e da sustentabilidade ambiental depende, em grande medida, da existência de bases de dados consistentes, integradas e atualizadas, bem como da articulação entre ciência, gestão pública e tomada de decisão.

No contexto atual, observa-se a existência de lacunas significativas na produção e no acesso a dados sobre a pesca e a aquicultura, abrangendo aspectos como produção, esforço de pesca, estado dos estoques, impactos ambientais e condições socioeconômicas dos diferentes segmentos do setor. A descontinuidade de sistemas de monitoramento e a fragmentação das informações entre diferentes órgãos e instituições limitam a capacidade de planejamento e a adoção de políticas públicas baseadas em evidências.



A articulação entre instituições de pesquisa, órgãos gestores e comunidades pesqueiras e aquícolas constitui componente fundamental para o fortalecimento da base científica da política setorial. A integração de conhecimentos científicos e saberes tradicionais contribui para uma compreensão mais abrangente dos sistemas produtivos e dos ecossistemas aquáticos, além de favorecer a legitimidade e a efetividade dos instrumentos de gestão.

O fortalecimento dos sistemas de monitoramento e informação também está associado à transparência, ao controle social e à governança democrática. A disponibilização de dados de forma acessível e padronizada amplia a capacidade de acompanhamento das políticas públicas, fortalece a participação social e contribui para a prevenção de conflitos no uso dos recursos pesqueiros e aquícolas.

O monitoramento e a produção de dados e informações, em especial no que tange à pesca artesanal, devem ser compreendidos como um proces-

so culturalmente situado, sensível às diversidades territoriais, sociais e produtivas. Isso implica adotar metodologias e instrumentos que não reproduzam desigualdades históricas, garantindo a inclusão efetiva das comunidades tradicionais. Tratar os desiguais conforme suas desigualdades significa reconhecer assimetrias de acesso a tecnologias, infraestrutura e capacidades institucionais, promovendo estratégias diferenciadas de coleta, validação e uso dos dados, essa abordagem fortalece a justiça social e amplia a representatividade das estatísticas oficiais.

A análise do panorama atual evidencia a necessidade de investimentos contínuos em ciência, produção de dados, monitoramento e informação, bem como de maior coordenação interinstitucional para a integração dos sistemas existentes. Esses elementos constituem referência central para os debates da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e para a formulação de diretrizes orientadas ao fortalecimento da política nacional no médio e longo prazo.

3.6 Arranjos Institucionais e Governança Atual

Os arranjos institucionais e os mecanismos de governança constituem elementos centrais para a efetividade da política nacional de pesca e aquíicultura. A capacidade do Estado de planejar, coordenar e implementar ações voltadas ao setor depende da clareza na definição de competências, da articulação entre diferentes órgãos e níveis de governo e da existência de instâncias permanentes de participação social e controle democrático.

No contexto atual, a governança da pesca e da aquíicultura caracteriza-se por desafios relacionados à fragmentação institucional, à sobreposição de atribuições e à necessidade de maior coordenação interinstitucional. A dispersão de responsabilidades entre órgãos com competências ambientais, produtivas, territoriais e sociais pode dificultar a implementação integrada das políticas públicas e comprometer a efetividade dos instrumentos de gestão.

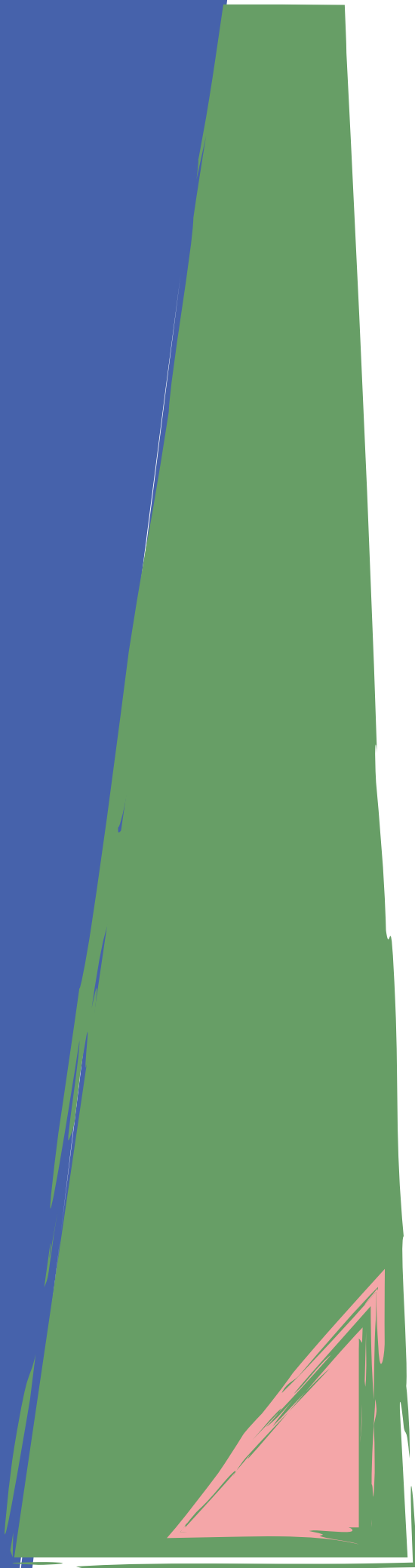
A participação social constitui componente essencial da governança do setor, contribuindo para a legitimidade das decisões e para a construção de soluções mais adequadas às realidades locais. No entanto, a

fragilização ou a descontinuidade de espaços institucionais de participação social limita a capacidade de diálogo estruturado entre o Estado e os diferentes segmentos envolvidos, reduzindo o potencial de corresponsabilidade na gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas.

A articulação federativa também se apresenta como desafio relevante, considerando a diversidade regional e a distribuição de competências entre União, estados e municípios. A ausência de mecanismos eficazes de cooperação e coordenação interfederativa pode resultar em assimetrias na implementação das políticas públicas e em dificuldades na adaptação das diretrizes nacionais às especificidades territoriais.

A análise dos arranjos institucionais e da governança atual evidencia a necessidade de fortalecer estruturas estáveis, mecanismos de coordenação e espaços de participação social, de modo a assegurar coerência, transparência e efetividade à política nacional de pesca e aquíicultura. Esses elementos constituem referência fundamental para os debates e encaminhamentos da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

ACÇÕES
&
E PRO
GRA
MAS



41

Articulação com Instrumentos de Planejamento, Ciência e Políticas Públicas

A consolidação da pesca e da aquicultura como políticas de Estado requer a articulação sistemática com os instrumentos de planejamento governamental, com a produção científica, com os conhecimentos tradicionais e com as demais políticas públicas correlatas. A integração entre diretrizes setoriais, estratégias nacionais e bases de conhecimento científico contribui para a coerência das ações, a racionalização dos recursos e a efetividade das políticas públicas no médio e longo prazo.

A articulação entre planejamento, ciência e políticas públicas fortalece a capacidade do Estado de responder aos desafios contemporâneos do setor, incluindo

a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento produtivo, a inclusão social e a adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, o processo conferencial da 4ª CNAP constitui espaço estratégico para promover convergências entre diferentes instrumentos e iniciativas existentes, bem como para identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento da política nacional de pesca e aquicultura.

Este capítulo busca evidenciar a importância da integração entre os eixos temáticos da Conferência e os principais instrumentos de planejamento e políticas públicas em curso no âmbito federal, estadual e municipal, considerando a diversidade territorial e institucional do País.

4.1 Articulação com Planos Setoriais e Estratégias Nacionais

A política nacional de pesca e aquicultura dialoga diretamente com diversos planos setoriais e estratégias nacionais que orientam o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País, inserindo o setor em uma agenda mais ampla de planejamento governamental. Essa integração reforça o caráter transversal da pesca e da aquicultura nas políticas públicas e evidencia sua contribuição para o crescimento sustentável e a inclusão produtiva.

O MPA integra o Eixo Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Ambiental e Climática no âmbito do PPA 2024–2027. No que se refere às Agendas Transversais, participa de políticas voltadas às Mulheres, aos Povos Indígenas, ao Meio Ambiente e à Neointustrialização, Trabalho, Emprego e Renda. Já nas Agendas Prioritárias, o Ministério contribui com políticas relacionadas ao Combate à Fome e à Redução das Desigualdades, bem como à Neointustrialização, Trabalho, Emprego e Renda. Fazem parte

dessas agendas, dentre outros, o Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal – PBIC Jr, a política de promoção e a valorização do pescado nacional e aumento da produção da aquicultura, a Assistência técnica dos aquicultores incluídos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), o Programa de Aquiresidência, o Programa Fortalecimento Produtivo dos Territórios Pesqueiros Artesanais e o Plano Nacional para a pesca artesanal.

Nesse contexto, a articulação com esses instrumentos é fundamental para assegurar coerência, complementaridade e continuidade às ações voltadas ao setor.

Entre os instrumentos de planejamento relevantes destacam-se aqueles relacionados ao desenvolvimento regional, à segurança alimentar e nutricional, à sustentabilidade ambiental, à ciência, tecnologia e inovação, bem como às estratégias de enfrentamento das mu-

danças climáticas. A integração da pesca e da aquicultura a esses planos contribui para ampliar sua visibilidade no âmbito governamental e para fortalecer sua inserção nas agendas prioritárias do Estado brasileiro.

A articulação com planos setoriais também favorece a coordenação interinstitucional e a racionalização dos investimentos públicos, evitando sobreposições e promovendo sinergias entre diferentes políticas. A convergência entre diretrizes nacionais e ações territoriais amplia a capacidade de adaptação das polí-

ticas às especificidades regionais e fortalece o papel dos entes federativos na implementação das estratégias nacionais.

Ao destacar a articulação com planos setoriais e estratégias nacionais, esta seção reafirma a importância de integrar a pesca e a aquicultura aos instrumentos de planejamento de médio e longo prazo, contribuindo para sua consolidação como políticas de Estado orientadas pela sustentabilidade, pela participação social e pela continuidade institucional.



4.2 Integração com a Produção Científica e Tecnológica

A integração entre a política nacional de pesca e aquicultura e a produção científica e tecnológica é condição estruturante para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, o aumento da produtividade e a qualificação da tomada de decisão. A incorporação sistemática de evidências científicas permite orientar o ordenamento da atividade, monitorar estoques, avaliar impactos socioeconômicos e aprimorar instrumentos de planejamento.

Do mesmo modo, a inovação tecnológica influencia diretamente a eficiência produtiva, a redução de impactos ambientais e a agregação de valor, especialmente quando adaptada às diferentes realidades territoriais e escalas de produção. Assim, a articulação entre pesquisa, gestão pública e setor produtivo constitui mecanismo essencial para transformar conhecimento em políticas, tecnologias em resultados e evidências em diretrizes de longo prazo.

4.3 Cooperação Interinstitucional e Interfederativa

A cooperação interinstitucional e interfederativa é condição operacional para a implementação efetiva da política nacional de pesca e aquicultura, dada a multiplicidade de competências, atores e escalas territoriais envolvidos. A coordenação entre União, estados e municípios, bem como entre órgãos públicos e demais instituições, é necessária para evitar sobreposições, reduzir lacunas e assegurar coerência na execução das ações.

No plano interfederativo, a articulação entre os níveis de governo viabiliza a adaptação das diretrizes

nacionais às especificidades territoriais e fortalece a capacidade local de implementação. Já a integração com políticas correlatas — como meio ambiente, desenvolvimento regional, ciência e tecnologia e segurança alimentar — amplia a capacidade de resposta do Estado e sustenta uma abordagem sistêmica para o desenvolvimento do setor.

As estruturas permanentes de coordenação e pactuação são essenciais para transformar diretrizes em execução efetiva para, assim, consolidar a governança multinível da pesca e da aquicultura.

4.4 Inserção Internacional e Compromissos Multilaterais

A inserção internacional da política nacional de pesca e aquicultura constitui dimensão estratégica para o fortalecimento do setor e para a atuação do Brasil nos espaços de governança global. A participação em acordos e organismos multilaterais influencia a formulação das políticas nacionais, especialmente nos temas de conservação de recursos, segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e adaptação às mudanças climáticas.

O alinhamento entre diretrizes internas e compromissos internacionais contribui para a coerência norma-

tiva, a previsibilidade regulatória e o posicionamento institucional do País. Ao mesmo tempo, a atuação internacional amplia oportunidades de acesso a mercados, cooperação técnica e científica e captação de recursos, com impactos diretos sobre inovação, qualificação produtiva e agregação de valor.

A articulação entre a agenda doméstica e os compromissos multilaterais constitui ponto de partida para consolidar a pesca e a aquicultura como política de Estado com inserção global consistente.



Implementação, Financiamento e Instrumentos de Apoio

A efetividade das diretrizes e propostas debatidas no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca está diretamente associada à existência de mecanismos adequados de implementação, financiamento e instrumentos de apoio, nesse sentido, é imperativo reconhecer a necessidade de ampliação do investimento público no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Historicamente subfinanciada, a pasta demanda um aporte de recursos condizente com sua importância estratégica para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. O fortalecimento orçamentário e institucional do MPA é a base necessária para que o Estado recupere sua capacidade de fomento e regulação, garantindo que as políticas de pesca e aquicultura deixem de ser ações periféricas e se consolidem como prioridades na agenda de desenvolvimento nacional.

A consolidação da pesca e da aquicultura como políticas de Estado requer a articulação entre planejamento estratégico, capacidade institucional, sustentabilidade financeira e continuidade das ações governamentais.

A integração entre financiamento, instrumentos de apoio técnico e mecanismos de governança contri-

bui para a efetividade das ações e para o alcance dos objetivos de médio e longo prazo da política nacional de pesca e aquicultura.

A efetividade dos benefícios sociais e dos incentivos econômicos e fiscais depende, de forma decisiva, da garantia de adequada dotação orçamentária e de previsibilidade na alocação de recursos públicos. A insuficiência ou descontinuidade de financiamento compromete a implementação das políticas, fragiliza a confiança dos beneficiários e pode tornar o acesso aos instrumentos excessivamente restritivo. Nesse sentido, a adoção de políticas de austeridade deve ser compatibilizada com a proteção dos investimentos estratégicos e das ações de inclusão produtiva e social, assegurando que medidas de ajuste fiscal não inviabilizem o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, redução de desigualdades e fortalecimento das cadeias da pesca e da aquicultura.

Este capítulo tem como objetivo destacar os principais aspectos relacionados à implementação das diretrizes conferenciais, aos mecanismos de financiamento e aos instrumentos de apoio, considerando a diversidade dos segmentos da pesca e da aquicultura e os desafios contemporâneos do setor.



5.1 Mecanismos de Financiamento e Crédito

Os mecanismos de financiamento e crédito constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura, ao viabilizar investimentos produtivos, a modernização da infraestrutura, a adoção de tecnologias sustentáveis e a inclusão produtiva dos diferentes segmentos do setor. A disponibilidade de crédito adequado, acessível e compatível com as especificidades das atividades pesqueiras e aquícolas é condição essencial para a sustentabilidade econômica e social do setor.

A diversidade de escalas produtivas, sistemas de produção e contextos territoriais da pesca e da aquicultura demanda instrumentos financeiros diferenciados, capazes de atender tanto a pequenos produtores e comunidades tradicionais quanto a empreendimentos de maior porte. A adequação dos mecanismos de crédito às realidades locais contribui para reduzir desigualdades regionais e ampliar o acesso às políticas públicas.

O fortalecimento da pesca artesanal, em especial, deve ser pautado por políticas públicas de subsídios e pelo fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. É urgente a criação de linhas de crédito desburocratizadas e subsidiadas que permitam não apenas a manutenção da atividade, mas a inovação nos processos produtivos das comuni-

dades tradicionais. Isso inclui o financiamento para a modernização de embarcações, aquisição de peixes sustentáveis e, sobretudo, investimentos em infraestrutura de beneficiamento que garantam a autonomia dos pescadores e pescadoras frente aos atravessadores.

O fortalecimento dos mecanismos de financiamento requer, ainda, a articulação com políticas de assistência técnica, extensão, capacitação e inovação, de modo a potencializar os impactos dos investimentos e reduzir riscos produtivos e ambientais. A integração entre crédito e apoio técnico contribui para a eficiência na aplicação dos recursos e para a sustentabilidade das atividades financiadas.

Ao abordar os mecanismos de financiamento e crédito, esta seção reafirma a importância de políticas públicas contínuas e articuladas, capazes de assegurar previsibilidade, estabilidade e inclusão no acesso aos recursos financeiros, reconhecendo que tais mecanismos ampliam a efetividade e a continuidade das ações governamentais no setor. O debate conferencial sobre este tema busca subsidiar a construção de diretrizes que fortaleçam os instrumentos de financiamento como elementos estruturantes da política nacional de pesca e aquicultura.

5.2 Incentivos Econômicos e Fiscais

Os incentivos econômicos e fiscais constituem instrumentos relevantes para orientar o desenvolvimento da pesca e da aquicultura em consonância com os princípios da sustentabilidade, da inclusão social e da eficiência produtiva. A utilização desses instrumentos no âmbito das políticas públicas contribui para estimular investimentos, reduzir custos estruturais e promover práticas alinhadas aos objetivos estratégicos do setor.

A definição e a implementação de incentivos econômicos e fiscais devem considerar a diversidade dos segmentos da pesca e da aquicultura, bem como as especificidades territoriais e ambientais que caracterizam as atividades. A adequação desses instrumentos às diferentes realidades produtivas contribui para ampliar o acesso às políticas públicas e para reduzir assimetrias regionais e sociais.

Os incentivos podem desempenhar papel indutor na adoção de tecnologias sustentáveis, na modernização

da infraestrutura, na agregação de valor aos produtos e na formalização das atividades. Quando articulados a critérios ambientais, sociais e sanitários, esses instrumentos contribuem para o fortalecimento de cadeias produtivas mais resilientes e responsáveis. Nesse sentido, as políticas de incentivos devem prever editais e fundos específicos para a adequação de espaços coletivos e unidades de beneficiamento de cooperativas e associações, especialmente diante das limitações financeiras que dificultam o atendimento às normas sanitárias. Subsídios para reforma estrutural e aquisição de equipamentos de refrigeração e processamento são essenciais para ampliar o acesso do pescado artesanal a mercados formais e institucionais.

Além dos instrumentos de crédito e dos incentivos econômicos e fiscais, destaca-se a relevância de políticas de garantia de renda e de estímulo à comercialização, em especial a política de preço mínimo e os programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Pro-

grama Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses mecanismos desempenham papel estratégico ao reduzir a vulnerabilidade dos produtores frente à volatilidade de preços, assegurar previsibilidade de receita, fortalecer mercados institucionais e promover a inclusão produtiva, especialmente da pesca artesanal, da aquicultura familiar e das comunidades tradicionais. A efetividade desses instrumentos requer, ainda, a ampliação e a desburocratização do acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), garantindo que cooperativas e associações pesqueiras artesanais possam habilitar-se plenamente aos programas, ampliar sua participação nas compras públicas e consolidar cadeias produtivas sustentáveis, com geração de renda, segurança alimentar e desenvolvimento territorial.

5.3 Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola

A assistência técnica e a extensão pesqueira e aquícola constituem instrumentos fundamentais para a implementação das políticas públicas do setor, ao promover a difusão de conhecimentos, a qualificação das práticas produtivas e o fortalecimento das capacidades técnicas, organizativas e gerenciais dos diferentes segmentos da pesca e da aquicultura. Esses instrumentos contribuem diretamente para a sustentabilidade ambiental, a eficiência produtiva e a inclusão social.

A diversidade de sistemas produtivos, escalas de produção e contextos territoriais da pesca e da aquicultura demanda serviços de assistência técnica e extensão adaptados às especificidades locais e regionais. A adequação das metodologias e das abordagens extensionistas favorece a adoção de práticas sustentáveis, a redução de riscos produtivos e a melhoria da qualidade dos produtos.

Nesse contexto, destaca-se a necessária harmonização entre as normas sanitárias e os modos de fazer tradicionais, assegurando a proteção da saúde pública sem descaracterizar práticas produtivas historicamente consolidadas. A construção de marcos regulatórios sensíveis às realidades locais deve reconhecer os saberes e técnicas tradicionais como patrimônio cultural e ativo econômico, promovendo adequações proporcionais, orientações técnicas e processos educativos que viabilizem a conformidade sanitária. Tal abordagem contribui para a valorização dos produtos, a inclusão socioprodutiva e a preservação da

A articulação entre incentivos econômicos e fiscais, mecanismos de financiamento e instrumentos de apoio técnico amplia a efetividade das políticas públicas e potencializa os impactos dos investimentos realizados. A coordenação interinstitucional é fundamental para assegurar coerência, transparência e alinhamento entre os diferentes instrumentos disponíveis.

Ao tratar dos incentivos econômicos e fiscais, esta seção reafirma a importância de políticas públicas integradas, contínuas e orientadas ao fortalecimento da pesca e da aquicultura como políticas de Estado. O debate conferencial sobre este tema busca contribuir para a construção de diretrizes que qualifiquem o uso desses instrumentos como indutores do desenvolvimento sustentável do setor.

identidade das comunidades pesqueiras tradicionais, fortalecendo a confiança dos mercados e a sustentabilidade dos territórios.

A articulação entre assistência técnica, extensão, formação profissional, pesquisa e inovação potencializa os impactos das políticas públicas e amplia a capacidade de resposta do setor aos desafios contemporâneos, incluindo a adaptação às mudanças climáticas e a agregação de valor. A integração entre esses instrumentos contribui para a transferência de tecnologias e para a incorporação de conhecimentos científicos e tradicionais.

O fortalecimento da assistência técnica e da extensão também está associado à promoção da governança participativa, ao estímulo à organização coletiva e ao acesso a políticas de crédito, incentivos e mercados. A presença de serviços de apoio técnico qualificados nos territórios contribui para reduzir desigualdades regionais e ampliar a efetividade das ações governamentais.

Ao abordar a assistência técnica e a extensão pesqueira e aquícola, esta seção reafirma a importância de instrumentos contínuos, articulados e territorializados para a consolidação da pesca e da aquicultura como políticas de Estado. O debate conferencial sobre este tema busca subsidiar a construção de diretrizes que fortaleçam esses serviços como elementos estruturantes da implementação das políticas públicas do setor.

5.4 Qualificação e Formação Profissional

A Qualificação e Formação Profissional constituem instrumentos estratégicos para o fortalecimento da pesca e da aquicultura, ao contribuir para a qualificação da força de trabalho, a modernização dos sistemas produtivos e a ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica. O investimento contínuo em formação é condição essencial para a sustentabilidade e a competitividade do setor no médio e longo prazo.

A diversidade de perfis, atividades e contextos territoriais da pesca e da aquicultura demanda ações de qualificação adaptadas às diferentes realidades produtivas, sociais e culturais. A adequação dos conteúdos formativos e das metodologias de ensino favorece a disseminação de boas práticas, a adoção de tecnologias sustentáveis e o fortalecimento das capacidades técnicas e gerenciais dos atores envolvidos. Para ampliar esse fortalecimento ao longo da cadeia produtiva, a formação deve contemplar áreas estratégicas como cooperativismo, economia solidária, gestão de negócios comunitários, legislação pesqueira e normas sanitárias, contribuindo para maior autonomia, organização social e domínio das etapas de agregação de valor e comercialização.

A articulação entre formação profissional, assistência técnica, extensão, pesquisa e inovação amplia o alcance e a efetividade das políticas públicas, contribuindo para a integração entre conhecimento teórico e prática produtiva. A promoção de processos formativos contínuos fortalece a capacidade de adaptação do setor às transformações tecnológicas, ambientais e de mercado.

A qualificação e a formação profissional também desempenham papel relevante na promoção da equidade, ao ampliar o acesso de mulheres, jovens e comunidades tradicionais a oportunidades de qualificação e inserção produtiva. A inclusão desses segmentos contribui para a renovação geracional, o fortalecimento organizativo e a valorização da diversidade sociocultural do setor. Ao tratar da qualificação e da formação profissional, esta seção reafirma a importância de políticas públicas estruturadas, contínuas e articuladas, capazes de fortalecer a pesca e a aquicultura como políticas de Estado. O debate conferencial sobre este tema busca subsidiar a construção de diretrizes que consolidem a formação profissional como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável do setor.





Monitoramento, Avaliação e Sistema de Metas

O monitoramento, a avaliação e a definição de sistemas de metas são elementos fundamentais para garantir a efetividade, a transparência e a continuidade da política nacional de pesca e aquicultura. Esses instrumentos fortalecem a capacidade do Estado de acompanhar a implementação das diretrizes, avaliar resultados e realizar ajustes necessários ao longo do tempo, orientando a gestão pública com base em evidências.

A institucionalização de processos sistemáticos de monitoramento e avaliação contribui para aprimorar a qualidade das políticas públicas, ao permitir a identificação de avanços, desafios e impactos das ações im-

plementadas. Esses mecanismos também fortalecem a governança democrática, ampliando a transparência e o acesso à informação por parte da sociedade.

A definição de metas associadas a indicadores claros e mensuráveis favorece o planejamento de médio e longo prazo, orienta a alocação de recursos e contribui para a continuidade das políticas públicas, independentemente de ciclos governamentais. Este capítulo destaca a importância desses instrumentos como elementos estruturantes da política nacional de pesca e aquicultura e como referência para os debates da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

6.1 Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho são instrumentos essenciais para acompanhar e avaliar as políticas públicas de pesca e aquicultura, permitindo mensurar resultados e verificar o grau de alcance dos objetivos estratégicos do setor.

A definição desses indicadores deve considerar as múltiplas dimensões envolvidas na atividade, incluindo aspectos ambientais, sociais, produtivos, institucionais e territoriais. Indicadores integrados permitem uma avalia-

ção mais abrangente dos impactos das políticas públicas e apoiam a tomada de decisão baseada em evidências.

A qualidade dos indicadores depende da disponibilidade de dados confiáveis, atualizados e sistematizados. Nesse sentido, o fortalecimento dos sistemas de informação e a articulação entre órgãos gestores, instituições de pesquisa e demais atores envolvidos são fundamentais para garantir a consistência e a comparabilidade das informações ao longo do tempo.

6.2 Metas de Curto, Médio e Longo Prazo

A definição de metas de curto, médio e longo prazo é fundamental para orientar a implementação da política nacional de pesca e aquicultura e garantir a continuidade das ações governamentais. As metas de curto prazo concentram-se na consolidação das bases ins-

tucionais, normativas e operacionais necessárias à implementação das políticas públicas.

As metas de médio prazo visam ampliar o alcance das ações e fortalecer os sistemas produtivos, o acesso a

políticas de apoio e os mecanismos de monitoramento. Já as metas de longo prazo estão orientadas à sustentabilidade estrutural do setor, incorporando objetivos

relacionados à conservação dos recursos, à resiliência climática, à inclusão social e ao desenvolvimento econômico sustentável.

6.3 Sistemas de Acompanhamento e Transparência

Os sistemas de acompanhamento e transparência são essenciais para assegurar a credibilidade e a legitimidade da política nacional de pesca e aquicultura, em conformidade com os princípios constitucionais de publicidade e acesso à informação.

A adoção de mecanismos de monitoramento contínuo e de divulgação ativa de informações fortalece o controle social, amplia a confiança dos diferentes atores envolvidos e contribui para a melhoria das políticas públicas. Esses sistemas devem incluir indi-

cadores, metas e procedimentos claros de acompanhamento e divulgação periódica dos resultados.

A transparência envolve tanto a disponibilização proativa de informações quanto a garantia de canais institucionais para solicitação de dados pelos cidadãos, observando as normas de acesso à informação, proteção de dados e segurança institucional. O uso de tecnologias da informação, formatos abertos e linguagem acessível contribui para ampliar o controle social e a participação qualificada da sociedade.



Programas Estruturantes da Política Nacional de Pesca e Aquicultura (2025-2026)

7.1 Programa Povos da Pesca Artesanal



O Programa Povos da Pesca Artesanal, instituído pelo Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023, constitui um marco nas políticas públicas para o setor pesqueiro, ao se configurar como iniciativa voltada exclusivamente para pescadoras e pescadores artesanais. Seu objetivo é articular as ações do MPA para fortalecer as comunidades e os territórios da pesca artesanal, reconhecendo e valorizando suas identidades e modos de vida, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O Programa tem como pilares a defesa, a promoção e o fortalecimento das comunidades pesqueiras artesanais. Por meio da participação popular e do respeito à autonomia e à autodeterminação das comunidades, busca estabelecer uma agenda de ações

prioritárias voltadas às comunidades e aos territórios pesqueiros em toda sua diversidade.

Constituem objetivos do Programa a capacitação de pescadores e pescadoras artesanais, a valorização de suas atividades, o estímulo à pesquisa, a garantia da segurança alimentar e a promoção da justiça socioambiental, sendo consideradas as intersecções de raça, gênero e classe social, com ênfase no combate ao racismo e na inclusão socioeconômica. Nesse sentido, respeita-se a pluralidade dos modos de vida da pesca artesanal no país, reconhecida em sua diversidade de autorreconhecimento, que abrange jangadeiros, marisqueiras, vazanteiros, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, pescadores indígenas, pescadoras quilombolas, entre outros.

7.2 Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (ProAqui)



Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

Instituído pelo Decreto nº 11.852, de 16 de dezembro de 2023, tem como objetivos fortalecer a política aquícola e desburocratizar a aquicultura, estruturar e desenvolver a cadeia produtiva de forma sustentável e promover a inclusão produtiva. Assim, espera-se colocar a aquicultura brasileira como um setor estratégico para a segurança alimentar e nutricional, garantindo a competitividade e a sustentabilidade por meio de soluções inovadoras.

O Programa envolve a participação social e a articulação com diferentes segmentos do setor, incluindo pro-

dutores, pesquisadores, representantes do setor privado, órgãos governamentais e a sociedade civil. Entre as ações prioritárias do ProAqui, destacam-se a regularização ambiental e fundiária; a geração, sistematização e gestão de dados e informações da aquicultura; o fomento das diferentes cadeias produtivas da aquicultura; ordenamento e desenvolvimento da aquicultura em águas da União; estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação no setor; o incentivo às boas práticas de sanidade aquícola, biossegurança e bem-estar animal; a atração de investimentos públicos e privados para aquicultura; bem como o seguro aquícola.

7.3 Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca (PROPESC)



PROPESC

Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca.

Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca (PROPESC) instituído pelo Decreto nº 12.336, de 20 de dezembro de 2024, tem como objetivo regularizar e atualizar as informações das embarcações de pesca inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e cadastradas no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pes-

queira (SisRGP).

As ações do PROPESC incluem a realização de vistorias públicas e privadas de embarcações e equipamentos de pesca, a capacitação dos responsáveis quanto às normas de ordenamento pesqueiro e aos critérios higiênico-sanitários, bem como a atualiza-

ção das informações das embarcações no SisRGP.

O Programa apresenta princípios imprescindíveis para o desenvolvimento da cadeia produtiva do pesca-

do, como a gestão pesqueira sustentável, o desenvolvimento ambiental, social, econômico e cultural da cadeia produtiva da pesca e a ampliação do acesso às políticas públicas e ao crédito.

7.4 Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva



Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva

O Plano Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva 2024-2034.

O Plano Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva - 2024-2034 - tem o objetivo de promover a pesca amadora e esportiva de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental no Brasil, visando a formulação de políticas sólidas de governança e a implementação de um planejamento que estimule e guie a evolução deste setor na próxima década, tendo como pilar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959, de 2009).

O plano está alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) estabelecidos pela

Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o ODS 14 "Vida na Água", o ODS 10 "Redução das Desigualdades" e o ODS 5 "Igualdade de Gênero".

O Plano Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva é composto por quatro Programas que foram elaborados a partir de resultados de análises de ordem estrutural e funcional. Estes Programas representam as grandes temáticas a serem trabalhadas, e foram consolidados por meio de construção coletiva com os diversos atores envolvidos na atividade. São eles: P1. Programa de Geração e Gestão de Dados; P2. Programa de Ordenamento da Pesca Amadora e Esportiva; P3. Programa de Desenvolvimento da Pesca Amadora e Esportiva; e, P4. Programa de Promoção e Divulgação.

7.5 Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras Nacionais

O Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras Nacionais foi instituído pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010.

Como uma iniciativa de apoio à competitividade da frota pesqueira, seu objetivo é promover a equalização do preço do óleo diesel nacional em relação ao preço internacional, de modo a ampliar a competitividade do pescado brasileiro no mercado externo, bem como

aumentar a rentabilidade da atividade pesqueira. A subvenção econômica ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras nacionais é aplicada legalmente por meio do pagamento de auxílio pecuniário pelo Governo Federal, equivalente à diferença entre

os preços do óleo diesel nacional e internacional e da concessão de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), adotada pelos Estados da Federação que aderiram ao Protocolo ICMS nº 134/20, de 9 de dezembro de 2020.

7.6 Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS)



PREPS

Programa Nacional
de Rastreamento
de Embarcações
Pesqueiras por
Satélite

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) foi instituído pela Instrução Normativa Interministerial SEAP/MMA/MD nº 2, de 4 de setembro de 2006, para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações das embarcações pesqueiras brasileiras, por meio do rastreamento por satélite.

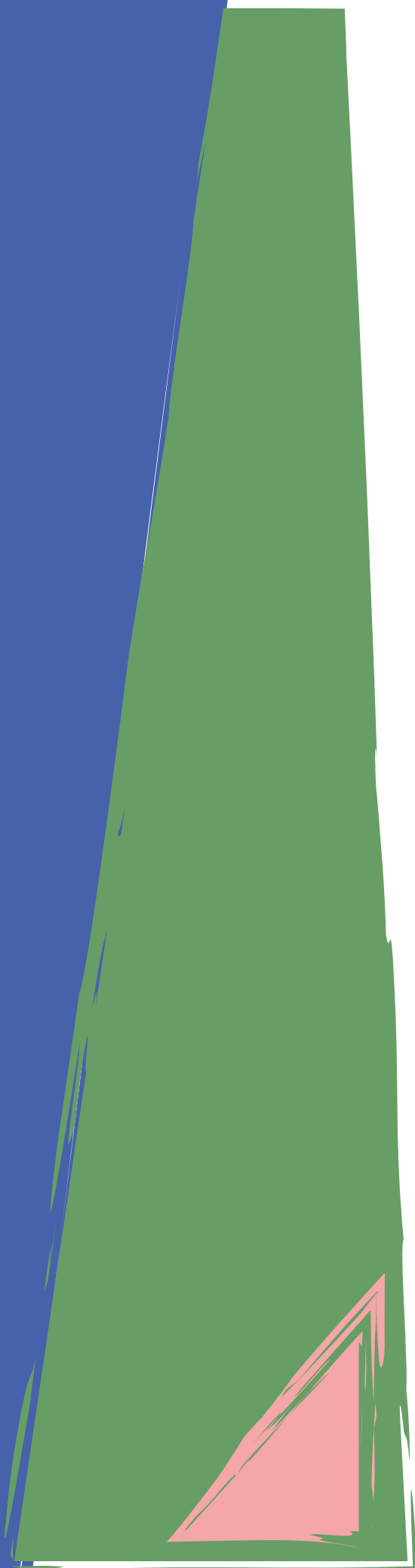
Desde sua implementação, o PREPS consolidou-se como um instrumento estratégico para o ordenamento pesqueiro nacional. Os dados gerados pelo sistema subsidiam diversas ações de gestão, entre as quais se destacam o controle do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) na categoria de embarcação de pesca, a verificação da entrega do Mapa de

Bordo, o acesso ao Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel, a Certificação de Acreditação de Origem Legal do Pescado (CAOL) e o combate efetivo à pesca ilegal.

A obrigatoriedade de adesão ao PREPS aplica-se, de modo geral, às embarcações com arqueação bruta igual ou superior a 50 ou com comprimento total a partir de 15 metros, podendo haver exigências adicionais conforme a modalidade de pesca e os normativos específicos aplicáveis. A verificação dessa obrigatoriedade deve ocorrer em observância à Portaria GM/MPA nº 484, de 23 de junho de 2025, que detalha as regras de adesão para cada modalidade permissionada.



EL XOS TEMÁ TICOS



81

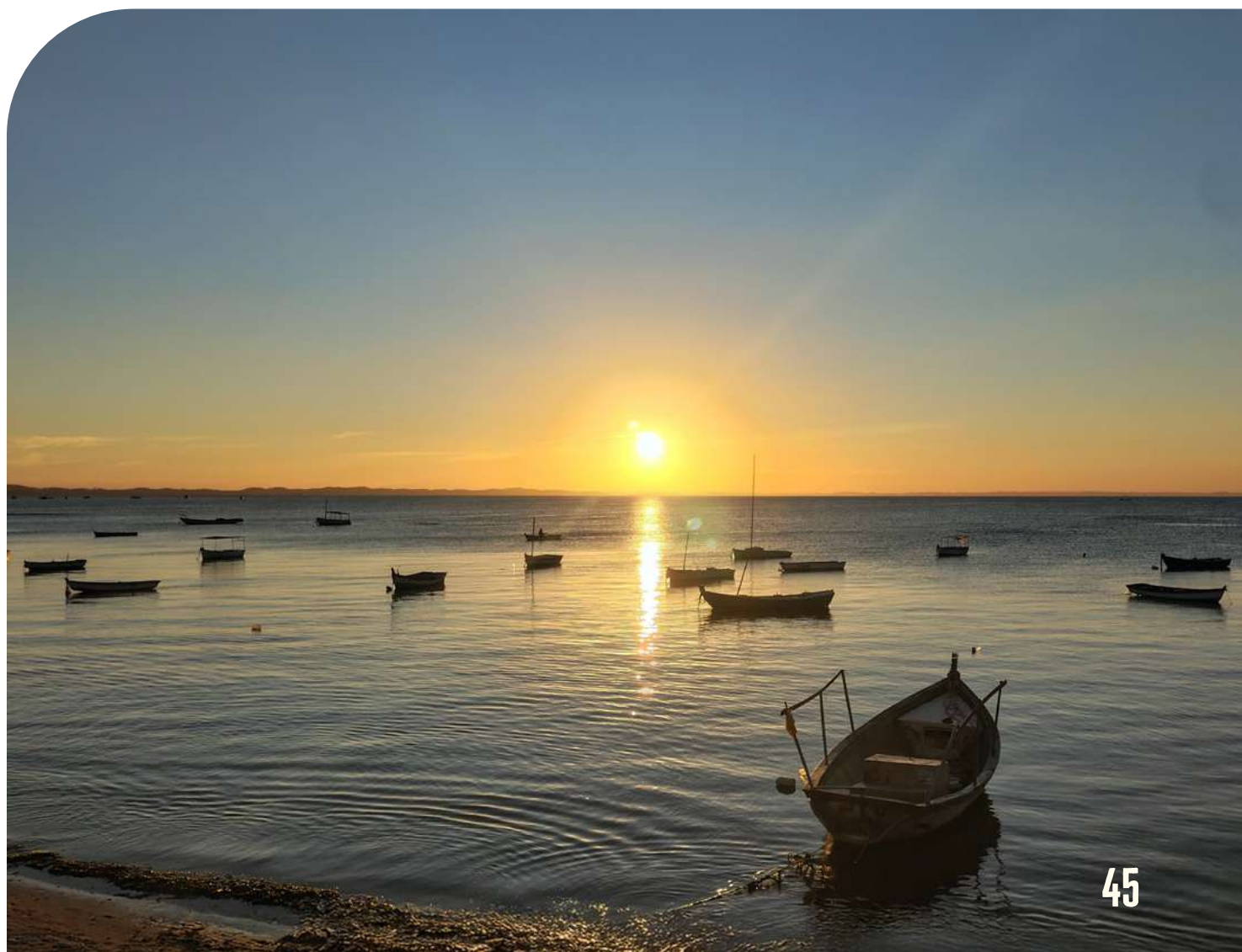
Eixos Temáticos da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

Os debates da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (4ª CNAP) serão organizados em oito eixos temáticos, que estruturam as discussões em torno dos principais desafios, demandas e perspectivas da pesca e da aquicultura no Brasil.

Cada eixo apresenta uma abordagem conceitual, acompanhada de perguntas orientadoras, que deverão ser utilizadas pelas equipes mobilizadoras, fa-

cilitadores e participantes como instrumento metodológico para orientar os debates nas Conferências Estaduais, Distrital, Temáticas, Livres e Digital.

Os eixos temáticos apresentados a seguir organizam os principais campos de debate da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e servirão de referência para a formulação de propostas nas diferentes etapas do processo conferencial.



EIXO 1 | Valorização da Pesca Artesanal, Povos e Comunidades Tradicionais



A pesca artesanal e os povos e comunidades tradicionais das águas desempenham papel central na identidade cultural, geração de emprego e renda, soberania alimentar e diversidade socioambiental do Brasil. Seus modos de vida estão profundamente vinculados aos territórios pesqueiros e aos ciclos naturais, sustentando economias locais, preservando ecossistemas e garantindo alimento de qualidade para milhões de pessoas. Fortalecer a pesca artesanal significa reconhecer esse patrimônio cultural, produtivo e ambiental e assegurar condições para sua continuidade.

Apesar de sua relevância social e econômica, muitos pescadores e pescadoras artesanais ainda enfrentam desafios relacionados à fragilidade dos direitos territoriais, conflitos pelo uso dos recursos naturais, insegurança jurídica e desigualdade no acesso às políticas públicas. Em diversas regiões, comunidades convivem com pressões de outras atividades econômicas, limitações de infraestrutura e dificuldades de participação efetiva nos processos de gestão e tomada de decisão.

O eixo também destaca a importância do reconhe-

cimento e da valorização dos saberes tradicionais acumulados ao longo de gerações. O conhecimento ecológico tradicional sobre ciclos das espécies, marés, correntes, territórios e técnicas de manejo constitui base fundamental para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. A integração entre ciência e saberes tradicionais fortalece políticas públicas mais eficazes e contribui para estratégias de manejo adaptadas às realidades locais.

Nesse contexto, o fortalecimento do protagonismo das comunidades pesqueiras artesanais é essencial. Isso envolve ampliar a participação em espaços de governança, fortalecer organizações comunitárias, promover inclusão produtiva, valorizar o papel das mulheres e das novas gerações e apoiar iniciativas econômicas baseadas na pesca artesanal e em atividades complementares.

A 4ª CNAP representa uma oportunidade estratégica para consolidar políticas que garantam direitos, valorizem saberes tradicionais e fortaleçam as comunidades pesqueiras artesanais como protagonistas do desenvolvimento sustentável da pesca no Brasil.



Perguntas Orientadoras

Reconhecimento dos direitos e saberes tradicionais

- ◇ Quais direitos das comunidades tradicionais ainda não são plenamente garantidos?
- ◇ Como reconhecer e proteger o conhecimento tradicional?
- ◇ Que políticas podem assegurar consulta prévia e participação efetiva?

Protagonismo e inclusão social das comunidades pesqueiras artesanais

- ◇ Como fortalecer o protagonismo das comunidades tradicionais?
- ◇ Quais políticas podem ampliar autonomia econômica e social?
- ◇ Como valorizar a pesca artesanal como patrimônio cultural?

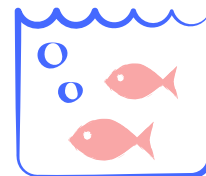
Integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais

- ◇ Em que temas o conhecimento tradicional contribui mais para a gestão?
- ◇ Como promover parcerias igualitárias entre ciência e tradição?
- ◇ Que iniciativas podem registrar, valorizar e difundir esses saberes?

Inclusão Socioprodutiva e Autonomia Econômica na Pesca Artesanal

- ◇ Quais são os principais entraves à agregação de valor ao pescado e como promover a inclusão socioprodutiva, a autonomia econômica e a geração de trabalho e renda nas comunidades da pesca artesanal?
- ◇ Quais desafios sanitários, legais, estruturais e burocráticos limitam o acesso direto aos mercados e reforçam a dependência de atravessadores?
- ◇ Como fortalecer estratégias de agregação de valor que considerem não apenas a renda, mas também os modos de vida, os saberes tradicionais e a organização comunitária?
- ◇ De que forma o fortalecimento de cooperativas e associações pode ampliar o poder de negociação, o acesso ao crédito, às tecnologias e às políticas públicas, contribuindo para a inclusão socioprodutiva das comunidades pesqueiras?





EIXO 2 | Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

A aquicultura possui grande potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Brasil, ampliando a produção de alimentos, fortalecendo a segurança alimentar e impulsionando economias regionais. O país reúne condições naturais favoráveis, como abundância de água doce, extensa zona costeira, clima adequado e grande diversidade de espécies cultiváveis. Para que esse potencial se converta em desenvolvimento sustentável, é fundamental que a expansão da aquicultura seja orientada por políticas públicas estruturadas, segurança jurídica, inovação tecnológica e participação social.

A aquicultura brasileira apresenta grande diversidade de sistemas produtivos e realidades regionais, envolvendo desde pequenos produtores familiares até empreendimentos empresariais. Apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, persistem desafios importantes relacionados ao licenciamento e à regularização das áreas aquícolas, à disponibilidade de insumos, à sanidade aquícola, aos custos de produção, à infraestrutura e ao acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias adequadas.

Nos últimos anos, iniciativas como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (ProAqui) e a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura têm buscado fortalecer o planejamento estratégico do setor, ampliar o ordenamento da atividade, estimular a inovação e promover maior integração entre produção, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial.

O eixo também destaca a importância de fortalecer sistemas de governança, dados e planejamento para orientar o crescimento do setor, bem como ampliar ações de assistência técnica, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo, é fundamental promover inclusão socioproductiva, competitividade da cadeia produtiva e ampliação do acesso a mercados.

Nesse contexto, a 4ª CNAQ constitui um espaço fundamental para aperfeiçoar as políticas públicas em curso e construir novas diretrizes que consolidem a aquicultura como atividade estratégica para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



Perguntas Orientadoras

Sustentabilidade, Meio Ambiente e Clima

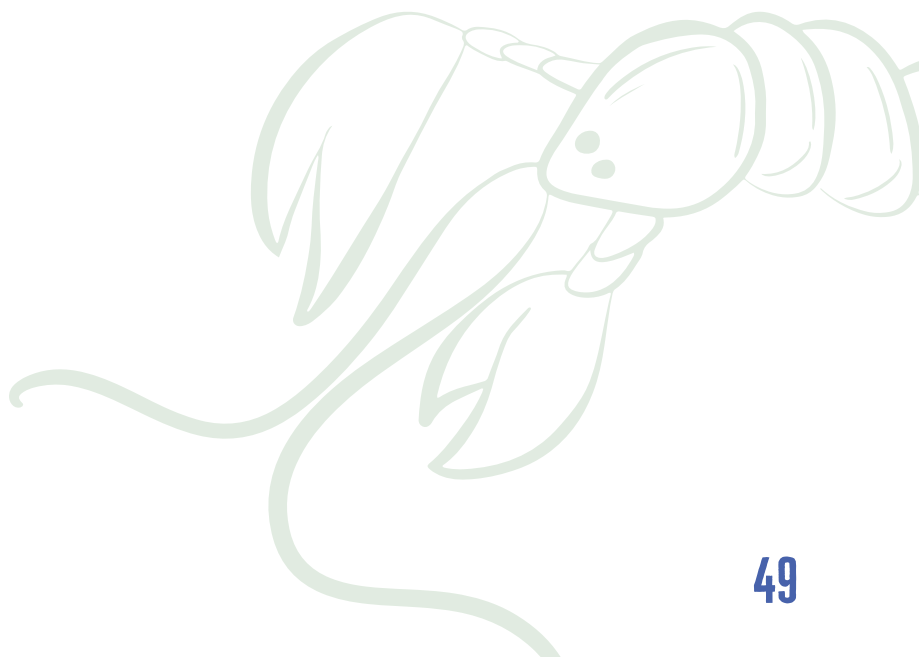
- ◇ Quais dificuldades impedem o crescimento sustentável da aquicultura no seu estado?
- ◇ Como simplificar e tornar mais eficiente o licenciamento ambiental e fundiário da aquicultura no seu estado?

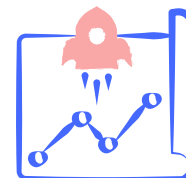
Dados, Ordenamento e Governança

- ◇ Quais ações de governo deveriam ser prioridade para melhorar a aquicultura na sua região nos próximos anos?
- ◇ Como as instituições públicas de pesquisa e ensino podem contribuir melhor para resolver problemas enfrentados pelos produtores?

Inovação, Assistência Técnica e Sanidade

- ◇ Como ampliar a assistência técnica e extensão aquícola, com foco em produtividade e inclusão socioprodutiva?
- ◇ Como aproximar pequenos produtores de programas de inovação?
- ◇ Competitividade, Mercado e Inclusão Socioprodutiva
- ◇ Quais são as maiores dificuldades enfrentadas por pequenos produtores, agricultores familiares ou comunidades tradicionais na aquicultura?
- ◇ Qual a principal dificuldade da comercialização e agregação de valor?





EIXO 3 | Conhecimento Tradicional, Formação Técnica, Extensão, Pesquisa e Inovação

A sustentabilidade da pesca e da aquicultura no Brasil depende da integração entre conhecimento tradicional, ciência, tecnologia, inovação e formação profissional. O fortalecimento do setor exige bases sólidas de educação técnica, extensão qualificada, pesquisa aplicada e inovação, sempre alinhadas às necessidades dos territórios e das comunidades pesqueiras e aquícolas.

Um dos principais desafios é ampliar o acesso à formação técnica e à extensão pesqueira e aquícola, garantindo que pescadores artesanais, aquicultores, trabalhadores embarcados e jovens das comunidades tenham acesso a capacitações contínuas, assistência técnica e processos educativos adaptados às realidades locais. A expansão da extensão, com metodologias participativas e territorializadas, é essencial para democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer as capacidades produtivas das comunidades.

A pesquisa científica, a inovação e o desenvolvimento tecnológico também desempenham papel fundamental para enfrentar desafios como sanidade aquícola, manejo sustentável dos recursos pesqueiros, diversificação de espécies, adaptação às mudanças

climáticas e adoção de tecnologias de menor impacto ambiental. A articulação entre universidades, institutos de pesquisa, setor produtivo e comunidades tradicionais é estratégica para que o conhecimento produzido gere soluções concretas para o setor.

O eixo também reconhece o valor do conhecimento tradicional, acumulado por pescadores, marisqueiras e povos das águas sobre ciclos naturais, espécies e práticas de manejo. A integração entre ciência e saberes tradicionais fortalece a gestão sustentável dos recursos e contribui para políticas públicas mais eficazes. Outro tema relevante é a qualificação e certificação do pescador profissional embarcado (EPM), ampliando o acesso a cursos obrigatórios, formação em segurança e capacitações técnicas. Além disso, destaca-se a importância da inovação para uma transição energética justa e de baixo carbono e do fortalecimento do conhecimento como base para a ampliação dos mercados interno e externo do pescado brasileiro.

A 4ª CNAP constitui um espaço estratégico para consolidar uma agenda que transforme conhecimento, inovação e formação em desenvolvimento sustentável para a pesca e a aquicultura no Brasil.



Perguntas Orientadoras

Formação técnica e extensão

- ◇ Quais são as maiores necessidades de formação no estado?
- ◇ Como ampliar a presença da extensão pesqueira e aquícola?
- ◇ Que modelos (digital, comunitário, híbrido) funcionam melhor?

Pesquisa científica, inovação e tecnologia

- ◇ Quais temas precisam ser pesquisados com urgência?
- ◇ Como aproximar pesquisa, indústria e comunidades tradicionais?
- ◇ Que tecnologias de baixo impacto poderiam ser adotadas?

Integração entre ciência e saberes tradicionais

- ◇ Como promover projetos que valorizem o conhecimento tradicional?
- ◇ Em que situações a integração ciência-tradição fortalece o manejo?
- ◇ Como registrar e disseminar boas práticas tradicionais?

Qualificação e certificação do pescador embarcado (EPM)

- ◇ Quais são as dificuldades para acessar cursos e certificações?
- ◇ Que apoios o estado pode oferecer para ampliar adesão?
- ◇ Como melhorar a formação embarcada com segurança?

Inovação para transição energética justa e de baixo carbono

- ◇ Como estimular embarcações mais eficientes e menos poluentes?
- ◇ Que tecnologias de energia renovável poderiam ser aplicadas?
- ◇ Como garantir que a transição seja justa e inclusiva?

Ampliação de mercados interno e externo

- ◇ Que produtos regionais têm potencial de expansão?
- ◇ O que falta para inserir mais pescado em compras públicas?
- ◇ Como ampliar exportações com competitividade?



EIXO 4 | Fortalecimento Institucional e Continuidade das Políticas Públicas



A efetividade das políticas públicas de pesca e aquicultura no Brasil depende diretamente da existência de instituições sólidas, capazes de planejar, executar, monitorar e avaliar ações de forma contínua e articulada. A experiência recente do setor demonstra que a descontinuidade institucional, a fragmentação administrativa e a instabilidade dos marcos legais geram impactos significativos sobre comunidades pesqueiras, aquicultores, setor produtivo e sobre a própria sustentabilidade dos recursos naturais. Nesse contexto, este eixo parte do reconhecimento de que a pesca e a aquicultura devem ser tratadas como Políticas de Estado, com estabilidade institucional e continuidade ao longo do tempo.

Um dos principais desafios está relacionado às lacunas existentes nas estruturas administrativas responsáveis pela gestão do setor. Em muitos estados e municípios, limitações de equipes técnicas, sistemas de informação frágeis, ausência de planejamento integrado e restrições orçamentárias comprometem a capacidade de implementar políticas públicas, realizar fiscalização, apoiar o ordenamento da atividade e ampliar serviços como extensão e assistência técnica.

O eixo também destaca a importância da consoli-

dação dos Planos Nacionais de pesca e aquicultura como instrumentos estruturantes de planejamento. Planos construídos de forma participativa e baseados em evidências técnicas precisam contar com respaldo institucional, legal e orçamentário para garantir sua implementação ao longo do tempo, orientando a ação governamental nas diferentes esferas da federação.

Outro aspecto fundamental refere-se ao fortalecimento do marco legal do setor, que ainda apresenta fragmentação normativa e sobreposição de competências. A articulação entre governo, conselhos, sociedade civil, setor produtivo e Poder Legislativo é essencial para atualizar e harmonizar a legislação, garantindo maior segurança jurídica, clareza regulatória e estabilidade para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura.

Nesse contexto, a 4ª CNAP constitui um espaço estratégico para discutir mecanismos que assegurem continuidade institucional, fortalecimento da governança pública e consolidação das políticas estruturantes do setor, contribuindo para que a pesca e a aquicultura se afirmem de forma definitiva como políticas públicas permanentes e essenciais para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



Perguntas Orientadoras

Continuidade institucional e capacidade do Estado

- ◇ Quais políticas e programas de pesca e aquicultura sofrem maior risco de descontinuidade no estado? Por quê?
- ◇ Quais fragilidades institucionais (estrutura, equipe, orçamento, sistemas) mais comprometem a execução das políticas públicas?
- ◇ Como fortalecer a capacidade administrativa e técnica dos órgãos estaduais e municipais do setor?

Consolidação dos Planos Nacionais como Política de Estado

- ◇ Quais Planos Nacionais de pesca e aquicultura estão em vigor e como têm sido implementados no estado?
- ◇ Os Planos possuem respaldo legal, institucional e orçamentário suficientes para garantir sua continuidade?
- ◇ Que mecanismos podem assegurar que os Planos Nacionais orientem políticas públicas independentemente de mudanças de governo?

Marco legal, segurança jurídica e atualização normativa

- ◇ Quais lacunas, sobreposições ou incoerências existem na legislação pesqueira e aquícola que afetam a gestão no estado?
- ◇ Como a atualização e a harmonização do marco legal podem fortalecer a segurança jurídica e a efetividade das políticas públicas?
- ◇ Que temas demandam prioridade na revisão legislativa do setor?

Mobilização legislativa e articulação política

- ◇ Como o estado, os conselhos e a sociedade civil se articulam com o Poder Legislativo para defender políticas de pesca e aquicultura?
- ◇ Que estratégias de mobilização legislativa podem garantir orçamento, continuidade institucional e proteção dos direitos do setor?
- ◇ Como ampliar o diálogo entre Executivo, Legislativo e instâncias de participação social?

Monitoramento, avaliação e transparência

- ◇ Quais mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas existem no estado?
- ◇ Como tornar os dados, indicadores e informações mais acessíveis e transparentes para a sociedade?
- ◇ De que forma o acompanhamento contínuo pode contribuir para a correção de rumos e o fortalecimento institucional?

EIXO 5 | Gestão, Ordenamento, Governança Participativa e Mediação de Conflitos



A gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas no Brasil exige um modelo de governança integrado, transparente, territorializado e participativo. Rios, lagos, estuários, zonas costeiras e o mar são bens de uso comum, compartilhados por diferentes atividades econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto, o ordenamento dessas áreas não pode ser fragmentado nem restrito a decisões técnicas isoladas, devendo incorporar o conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras, promover articulação entre diferentes setores e garantir mecanismos permanentes de participação social.

Um dos principais desafios está relacionado à necessidade de fortalecer os instrumentos de ordenamento pesqueiro, baseados em dados confiáveis, monitoramento contínuo e capacidade de fiscalização. A gestão sustentável dos recursos depende de sistemas de informação consistentes, de integração entre instituições responsáveis e de políticas que conciliem diferentes usos do espaço aquático, como pesca artesanal e industrial, aquicultura, navegação, turismo, energia e outros empreendimentos que atuam nesses territórios.

O eixo também destaca a importância da governança participativa, reconhecendo conselhos, comitês e fóruns como espaços fundamentais de construção co-

letiva das políticas públicas. Fortalecer esses espaços significa ampliar representatividade, garantir acesso à informação e estimular a participação qualificada de pescadores, aquicultores, mulheres, jovens, comunidades tradicionais, setor produtivo, universidades e diferentes esferas de governo.

Outro tema central é a mediação de conflitos decorrentes da crescente disputa pelo uso dos territórios aquáticos e costeiros. A expansão de atividades como infraestrutura portuária, energia offshore, turismo, mineração e crescimento urbano pressiona áreas tradicionalmente utilizadas pela pesca. Nesse cenário, mecanismos de diálogo, consulta prévia, compensação e construção de soluções negociadas são fundamentais para assegurar justiça socioambiental e coexistência entre diferentes atividades.

Além disso, o eixo aborda temas relacionados à segurança da atividade pesqueira, incluindo gestão de riscos, prevenção de acidentes e fortalecimento de sistemas de monitoramento e apoio à vida humana no mar. A 4ª CNAP constitui um espaço estratégico para discutir caminhos que fortaleçam o ordenamento, ampliem a governança participativa e promovam soluções duradouras para os desafios da gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas no Brasil.



Perguntas Orientadoras

Gestão integrada, sustentável e participativa

- ◊ Quais são os principais desafios da gestão pesqueira e aquícola no estado?
- ◊ Como fortalecer a cogestão entre governo, comunidades e setor produtivo?
- ◊ Como aperfeiçoar a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros entre os diferentes órgãos governamentais, garantindo maior eficiência e previsibilidade na gestão da pesca e da aquicultura?
- ◊ As ferramentas essenciais para a gestão pesqueira no Brasil, como pesquisa aplicada, estatística pesqueira e avaliação de estoques, estão adequadamente estruturadas? O que precisa ser fortalecido?
- ◊ Os instrumentos atuais de cogestão e governança participativa (CPGs, grupos de trabalho, comitês e fóruns) estão funcionando de forma adequada? Quais melhorias são necessárias?

Participação social e governança

- ◊ Como ampliar e qualificar a participação social nos espaços de decisão?
- ◊ Como fortalecer conselhos, comitês e fóruns de gestão participativa?
- ◊ O Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura e demais fóruns de gestão participativa constituídos no governo federal atendem aos anseios de gestão participativa? Como fortalecer e, ou criar outros instrumentos de gestão participativa?

Mediação de conflitos e uso do espaço aquático

- ◊ Quais conflitos de uso das águas são mais recorrentes?
- ◊ Como garantir coexistência justa entre pesca e outros setores econômicos?
- ◊ A atividade pesqueira e aquícola está em desvantagem com relação aos novos empreendimentos no espaço marinho? O que fazer para garantir os direitos adquiridos historicamente por esta atividades?

Fiscalização, monitoramento e salvaguarda

- ◊ Como fortalecer a segurança e a proteção da vida humana no mar e nas águas continentais?
- ◊ Onde estão as principais fragilidades e como fortalecer o monitoramento da atividade pesqueira?
- ◊ Como gerenciar os conflitos e conciliar o monitoramento pesqueiro e a fiscalização?
- ◊ Como fortalecer a transparência de dados na gestão pesqueira?



EIXO 6 | Infraestrutura, Agregação de Valor e Abertura de Mercado



A infraestrutura produtiva, o beneficiamento do pescado e o acesso a mercados são elementos centrais para a sustentabilidade econômica e social da pesca e da aquicultura no Brasil. Em muitos territórios, a precariedade de terminais pesqueiros, pontos de desembarque, fábricas de gelo, unidades de beneficiamento, armazenamento refrigerado e logística adequada compromete a qualidade do produto, aumenta perdas pós-captura e reduz a renda de pescadores, pescadoras e aquicultores. Nesse contexto, o fortalecimento da cadeia produtiva depende de investimentos estruturantes que ampliem a capacidade de processamento, conservação e comercialização do pescado.

A agregação de valor envolve a adoção de tecnologias apropriadas de beneficiamento, conservação e padronização, bem como o fortalecimento de arranjos produtivos locais. Iniciativas comunitárias e cooperativas podem desempenhar papel estratégico, especialmente na pesca artesanal, ao ampliar a autonomia econômica das comunidades, reduzir a dependência de intermediários e fortalecer economias territoriais.

O eixo também reconhece a diversidade de segmentos que compõem a cadeia produtiva do pescado, in-

cluindo a pesca artesanal, a pesca industrial, a aquicultura, a pesca esportiva e amadora e a indústria do pescado. Cada segmento possui características próprias e desempenha papel relevante na geração de emprego, renda e abastecimento alimentar, exigindo políticas públicas que considerem suas especificidades e promovam desenvolvimento econômico com responsabilidade social e ambiental.

Outro aspecto importante refere-se à ampliação e diversificação dos mercados interno e externo. Isso envolve o fortalecimento de políticas de qualidade sanitária, rastreabilidade, logística eficiente e certificações, além da ampliação do acesso a mercados institucionais, turísticos e especializados. Essas estratégias contribuem para valorizar o pescado regional, ampliar oportunidades comerciais e fortalecer a economia dos territórios pesqueiros.

Nesse contexto, a 4ª CNAP representa um espaço estratégico para discutir políticas de infraestrutura, agregação de valor e acesso a mercados que fortaleçam cadeias produtivas sustentáveis, ampliem a competitividade do pescado brasileiro e promovam geração de renda e inclusão produtiva para pescadores, pescadoras e aquicultores em todo o país.



Perguntas Orientadoras

Infraestrutura produtiva e logística

- ◇ Quais são os principais gargalos de infraestrutura que afetam a pesca e a aquicultura no estado (desembarque, gelo, frio, energia, transporte, estradas)?
- ◇ Como a precariedade da infraestrutura impacta a qualidade do pescado, as perdas pós-captura e a renda dos trabalhadores?
- ◇ Que investimentos estruturantes são prioritários para fortalecer a cadeia produtiva local?

Agregação de valor e beneficiamento do pescado

- ◇ Quais tecnologias e práticas podem ampliar a agregação de valor ao pescado no estado?
- ◇ Existem experiências de beneficiamento comunitário ou cooperativo? Quais são seus principais desafios e potencialidades?
- ◇ Como ampliar o acesso de pescadores e aquicultores às tecnologias de processamento e conservação?
- ◇ Como reduzir perdas pós-captura e aproveitamento integral do pescado?

Cadeia produtiva, mercados e comercialização

- ◇ Quais elos da cadeia produtiva apresentam maiores fragilidades no estado?
- ◇ Quais ações estão sendo desenvolvidas para a modernização tecnológica das plantas de processamento?
- ◇ Como promover a digitalização e rastreabilidade produtiva?
- ◇ Como fortalecer a inserção do pescado regional em mercados locais, regionais, institucionais e especializados?
- ◇ Que estratégias podem ampliar a competitividade do pescado nos mercados interno e externo, garantindo qualidade e rastreabilidade?

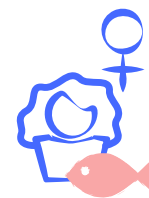
Reconhecimento dos diferentes segmentos da pesca

- ◇ Como a pesca artesanal, a pesca industrial, a pesca esportiva e amadora e a indústria do pescado estão integradas (ou não) nas estratégias de desenvolvimento do estado?
- ◇ Quais são as demandas específicas da pesca esportiva e amadora em termos de ordenamento, infraestrutura e sustentabilidade?
- ◇ Como a pesca esportiva e amadora pode contribuir para o turismo sustentável e a geração de renda local?

Direitos trabalhistas, proteção social e condições de trabalho

- ◇ Quais são as principais dificuldades enfrentadas por trabalhadores da pesca artesanal e industrial no acesso a direitos trabalhistas e proteção social?
- ◇ Como garantir reconhecimento do trabalho, contagem de tempo de serviço e acesso à previdência também para pescadores e pescadoras artesanais?
- ◇ Que ações podem melhorar as condições de trabalho, saúde e segurança ao longo da cadeia produtiva da pesca?

EIXO 7 | Equidade de Gênero e Valorização das Mulheres



A pesca e a aquicultura brasileiras são sustentadas, em grande medida, pelo trabalho das mulheres, presente em diferentes etapas da cadeia produtiva — da captura e coleta ao beneficiamento, comercialização, organização comunitária e transmissão de saberes tradicionais. Apesar dessa presença estruturante, o trabalho feminino ainda permanece frequentemente invisibilizado e subvalorizado, gerando desigualdades no acesso a renda, direitos e políticas públicas. Este eixo parte do entendimento de que a equidade de gênero é condição essencial para a sustentabilidade social, econômica e ambiental do setor.

Um dos principais desafios está relacionado ao reconhecimento do trabalho realizado por pescadoras, marisqueiras e aqüicultoras. Em muitos casos, a informalidade, a sobrecarga de tarefas domésticas e a ausência de reconhecimento profissional dificultam o acesso a crédito, tecnologias produtivas, formação técnica e programas de fomento. Essas barreiras impactam diretamente a autonomia econômica das mulheres e sua participação plena nas atividades produtivas.

A dimensão da proteção social e previdenciária também é central neste debate. O não reconhecimento

formal das atividades exercidas por mulheres compromete o acesso à previdência, à contagem de tempo de serviço e à segurança econômica ao longo da vida. Ao mesmo tempo, as condições de trabalho enfrentadas por muitas mulheres na pesca e na aquicultura — frequentemente em ambientes insalubres, com esforço físico intenso e exposição a riscos ambientais — demandam maior atenção das políticas públicas voltadas à saúde das trabalhadoras.

O eixo também destaca a importância de ampliar a participação das mulheres nos espaços de governança e tomada de decisão, como conselhos, comitês e fóruns de gestão. Fortalecer essa participação exige enfrentar barreiras estruturais, ampliar oportunidades de formação e garantir condições institucionais que favoreçam a presença e o protagonismo feminino nesses espaços.

Nesse contexto, a 4ª CNAP constitui um espaço fundamental para promover políticas públicas que valorizem o trabalho das mulheres, fortaleçam sua autonomia econômica e ampliem sua participação na gestão do setor. A promoção da equidade de gênero contribui para construir uma pesca e uma aquicultura mais justas, inclusivas e socialmente sustentáveis.



Perguntas Orientadoras

Reconhecimento do trabalho e das atividades exercidas pelas mulheres

- ◇ Quais atividades realizadas por mulheres na pesca e na aquicultura permanecem invisibilizadas no estado?
- ◇ De que forma essas atividades são (ou não) reconhecidas oficialmente nas políticas públicas, nos cadastros e nos programas governamentais?
- ◇ Quais barreiras institucionais dificultam o reconhecimento profissional das mulheres pescadoras e aquicultoras?

Autonomia econômica, acesso a crédito, tecnologias e formação

- ◇ Quais obstáculos limitam o acesso das mulheres a crédito, tecnologias produtivas e políticas de fomento?
- ◇ As ações de assistência técnica e formação existentes consideram as realidades e necessidades específicas das mulheres?
- ◇ Que estratégias podem fortalecer a autonomia econômica das mulheres nas cadeias da pesca e da aquicultura?

Saúde das mulheres pescadoras e aquicultoras

- ◇ Quais são os principais problemas de saúde relacionados às atividades exercidas pelas mulheres na pesca e na aquicultura no estado?
- ◇ As políticas de saúde do trabalhador contemplam as especificidades das mulheres pescadoras e aquicultoras?
- ◇ Que ações podem melhorar o acesso a serviços de saúde, prevenção, diagnóstico e acompanhamento de agravos relacionados ao trabalho?

Previdência e proteção social como dimensão de gênero

- ◇ Como o reconhecimento (ou a ausência dele) das atividades exercidas por mulheres impacta o acesso à previdência e à proteção social?
- ◇ Quais dificuldades as mulheres enfrentam para comprovar tempo de trabalho e acessar benefícios previdenciários?
- ◇ Que medidas podem garantir igualdade de acesso à previdência e segurança econômica ao longo da vida laboral e pós-laboral?

Participação social e espaços de decisão

- ◇ As mulheres participam de forma efetiva dos conselhos, comitês e fóruns de gestão da pesca e da aquicultura no estado?
- ◇ Quais fatores dificultam sua participação (tempo, cuidado, formação, ambiente institucional)?
- ◇ Que medidas podem ampliar e qualificar a presença das mulheres nos espaços de governança e tomada de decisão?

EIXO 8 | Sustentabilidade, Justiça Climática e Adaptação às Emergências Climáticas



As mudanças climáticas passaram a influenciar de forma direta a vida das comunidades pesqueiras e aquícolas em todo o Brasil. Secas prolongadas, cheias intensas, aumento da temperatura da água, alterações nos ciclos das espécies, eventos extremos e erosão costeira afetam a produção, a infraestrutura, a segurança alimentar e os modos de vida tradicionais. Diante desse cenário, este eixo propõe uma abordagem transversal, integrando o tema climático às políticas de pesca e aquicultura, desde o ordenamento e a produção até a infraestrutura, a pesquisa, a formação técnica e o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Um dos principais desafios é incorporar o clima como elemento estruturante das políticas públicas do setor. Isso implica considerar os impactos climáticos no ordenamento pesqueiro, no zoneamento aquícola, no licenciamento ambiental, nas políticas de crédito e nas estratégias de pesquisa e inovação. Muitos estados já desenvolvem iniciativas relacionadas à agenda climática, mas ainda é necessário fortalecer sua articulação institucional e garantir continuidade para ampliar seus resultados.

O eixo também destaca a importância de avançar simultaneamente em estratégias de mitigação e adaptação. A mitigação envolve a adoção de práticas produtivas sustentáveis, tecnologias de baixo carbono

e redução de impactos ambientais. Já a adaptação exige antecipar riscos, ajustar políticas públicas e desenvolver soluções que permitam às comunidades enfrentar eventos extremos e mudanças ambientais que já afetam a disponibilidade de recursos pesqueiros e as condições de produção aquícola.

Outro aspecto fundamental refere-se ao reconhecimento da vulnerabilidade das comunidades pesqueiras e aquícolas frente às mudanças climáticas. Muitas dessas populações dependem diretamente dos ecossistemas aquáticos e possuem menor capacidade de resposta a eventos extremos. Fortalecer a resiliência dessas comunidades envolve ampliar o acesso à informação, à assistência técnica, a seguros, a crédito emergencial e a infraestrutura adaptada às novas condições ambientais.

Nesse contexto, a 4ª CNAP representa um espaço estratégico para discutir políticas que integrem sustentabilidade, justiça climática e gestão de riscos, fortalecendo a capacidade de adaptação do setor e protegendo ecossistemas e territórios pesqueiros. A incorporação da agenda climática às políticas de pesca e aquicultura é essencial para garantir a continuidade da produção, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades que dependem dessas atividades.



Perguntas Orientadoras

Inserção do tema climático em todos os eixos

- ◇ Como integrar clima às políticas de pesca, aquicultura e cadeia produtiva?
- ◇ Quais iniciativas estaduais já existem e precisam ser fortalecidas?

Mitigação e adaptação às mudanças climáticas

- ◇ Quais impactos climáticos já são sentidos?
- ◇ Que ações mitigam impactos na pesca e na aquicultura?
- ◇ Que medidas de adaptação são mais urgentes?

Conscientização sobre impactos nos ecossistemas

- ◇ Quais ecossistemas estão mais vulneráveis?
- ◇ Como ampliar sensibilização de comunidades e gestores?
- ◇ Que materiais educativos e parcerias podem apoiar esse processo?

Reconhecimento de pescadores e aquicultores como grupos vulneráveis

- ◇ Quais grupos estão mais expostos e com menor capacidade de resposta?
- ◇ Que políticas devem priorizar essas populações?

Fortalecimento da resiliência das comunidades

- ◇ O que fortalece resiliência socioeconômica?
- ◇ Como preparar comunidades para eventos extremos?
- ◇ Que infraestruturas e tecnologias são essenciais?

Gestão de riscos, planos de contingência e transição ecológica

- ◇ Quais riscos precisam de resposta urgente?
- ◇ O que falta para implementar planos de contingência eficazes?
- ◇ Como avançar rumo a uma transição energética e ecológica justa?



Considerações Finais

A 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca reafirma a importância estratégica da pesca e da aquicultura para o desenvolvimento sustentável do Brasil, destacando seu papel na segurança alimentar, na geração de trabalho e renda, na valorização dos territórios e na conservação dos recursos naturais. O Documento Base expressa um esforço de construção coletiva de diagnósticos, princípios e diretrizes voltados à consolidação do setor como política de Estado.

Ao longo do documento, destaca-se a necessidade de estabilidade institucional, continuidade das políticas públicas e fortalecimento da governança participativa como condições fundamentais para a efetividade das ações voltadas ao setor. A trajetória histórica da pesca e da aquicultura no país evidencia a importância de estruturas institucionais permanentes, planejamento integrado e mecanismos de monitoramento e avaliação capazes de garantir previsibilidade e coerência às políticas públicas.

As diretrizes apresentadas reafirmam o compromisso com a sustentabilidade ambiental, a inclusão social, a equidade de gênero, a valorização da pesca artesanal e das comunidades tradicionais, o desenvolvimento sustentável da aquicultura e a adaptação às mudanças climáticas. Esses elementos, tratados de forma integrada, contribuem para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a promoção do desenvolvimento regional.

A Conferência constitui um espaço democrático de diálogo, pactuação e orientação estratégica, capaz de fortalecer o setor e orientar a formulação de políticas públicas participativas e de longo prazo. Ao encerrar este Documento Base, reafirma-se o compromisso com a consolidação da pesca e da aquicultura como políticas de Estado, fundamentadas na sustentabilidade, na participação social e na continuidade institucional, em benefício das gerações presentes e futuras.







MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

